

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GEINNE MONTEIRO DE SOUZA GUERRA

Pacífico Negro Colombiano: territorialidades e os movimentos negros de 1980 e 1990

SÃO PAULO
2018

GEINNE MONTEIRO DE SOUZA GUERRA

Pacífico Negro Colombiano: territorialidades e os movimentos negros de 1980 e 1990

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof Dr. Eduardo Donizetti Girotto

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Donizetti Girotto
Universidade de São Paulo (Orientador)

Prof. Dra. Simone Scifoni
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Salomão Jovino da Silva
Fundação Santo André

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Gp Guerra, Geinne Monteiro de Souza
Pacífico Negro Colombiano: territorialidades e os
movimentos negros de 1980 e 1990 / Geinne Monteiro
de Souza Guerra ; orientador Eduardo Donizetti
Giroto. - São Paulo, 2018.
73 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Pacífico Negro. 2. Afro-colombianos. 3.
Movimento Negro Colombiano. 4. Diáspora Africana. 5.
Territorialidades. I. Giroto, Eduardo Donizetti ,
orient. II. Título.

Dedico este trabalho a todo Povo Negro Latino-
Amefricano, assim como a toda minha família e
amigxs pelo amor, afeto e carinho.

Essa história de não ter a história contada
é mó baque
Esse lance de ser o lance da morte
é todo dia

Esse riso do meu negro riso
é recalque
Essa religião oprimindo a minha
é covardia

Esse nós cada vez mais nós
é autoestima
Esses lábios carnudos nos carnudos lábios
para eles é assombro
Essa sintonia da nossa sintonia
anima
Esse preto com a família preta
é quilombo

Esse silêncio de me silenciar
é tortura
Essa gente não me querendo gente
é frenética
Esse mal de me afogar no mar
de amargura
Essa é sua civilização
é ética

Esse peito batendo sem pranto
é batuque
Esses negros cada vez mais negros
é fulgor
Esse existir e resistir
não é truque
Esse povo sendo sempre meu povo
é amor

Esse barato de carne barata
não é minha
Essa vergonha de me expor em vergonha
acumula
Esse bang de me empurrar pro bang bang
não alinha
Essa febre de nos extinguir não me anula

A vontade ver os senhores
na fossa
O anseio é de derrotar
o algoz
Essa busca por vida
é nossa [...]

Pela Vida (Akins Kinte)

AGRADECIMENTOS

Quase nos últimos minutos do segundo tempo da graduação que eu finalmente consegui finalizar o trabalho de geografia individual (TGI). Faz mais de 4 anos que eu tinha escolhido estudar sobre a população negra na Colômbia, porém, muitas vezes pensava em desistir do tema pelo fato de quase não ter fontes sobre esse assunto dentro da geografia. Por isso, gostaria de agradecer profundamente a todas as pessoas que de alguma forma chegaram até mim e me incentivaram a continuar a pesquisa. Daí que agora refletindo sobre os últimos anos, a vida faz sentido quando nos mostra que as nossas trajetórias, por mais que cheias de percalços, muitas vezes nos levam pelos caminhos que buscamos. Como diria a cantora Luedji Luna, “Oxalá quem guia”. Saúdo todos orixás e seres que me acompanham pela proteção e força constante.

Eu gostaria de agradecer também a toda minha família, tanto em relação as/aos que me antecederam, quando as/aos que eu tenho o privilégio de conviver, amar e estar tão presente: minha Mãe Eliesse (minha rainha e maior inspiração), meu Pai Guerra (pela força de sempre) minha irmã Mona Meeg (inspiração e melhor amiga), meu cunhado Webber (por todo carinho), meu sobrinho e afilhado Yuri (minha maior alegria), meu irmão Dewilson (pela determinação), minha prima Ana Flávia (pela vontade de querer sempre aprender), minha tia Nadiza Núbia (pelo brilho nos olhos), minha tia Cynara (por sempre estar presente) e minha cachorra Mel (pela companhia que é melhor terapia). Vocês são meu quilombo aqui em São Paulo. Seguindo essa linha, impossível não chegar até meu Juazeiro da Bahia, que nesse tempo- espaço é onde estão as minhas raízes mais profundas. Por isso, não poderia deixar de enfatizar e agradecer a sorte que eu tenho de ser neta da minha Vó Eli e meu Vô Zeca. Meus amores, vocês são a minha base e as melhores lembranças que eu tenho da infância. Agora quando vocês me perguntarem “já se formou?”, finalmente vou poder dizer “SIM!”. Agradeço também as minhas tias, tios, primas e primos. Família, depois de nós é nós de novo! Amo muito vocês!

Quero também agradecer ao Terreiro Casa Pai José de Angola por todo axé, pelos conselhos, pelas plantas, pelas velas e acima de tudo por cuidarem de mim.

Todo meu amor as hermanas que a vida me presenteou: Andressa Cunha (obrigada pelas dicas, edições desse trabalho, por me acolher na sua casa, pelas noites em claro estudando e/ou conversando sobre a vida, mas principalmente por todos esses anos ser a melhor amiga de todas as horas), Paula Fernandes (você é a prova viva que amizade e o carinho transcende as fronteiras), Juliana Molás (mesmo estando em outra dimensão agora, te sinto sempre próxima).

Que sorte a minha ter vocês como amigas e poder compartilhar tantos momentos únicos. Amo muito cada uma!

Pelas convivências diárias que transcenderam os muros da USP, do whatsapp e do facebook, sem contar todo apoio na escrita deste trabalho (não sei como teria sido sem vocês), eu agradeço a Ale Thereza, Alexandre Rdash (favelatik), Amanda Benatti (Mandi), Amanda Lima, Ana Ligia, Beatriz Pereira, Daniela da Silva, Fernando Rocha, Emily Faverin, Geisy, Jéssica Almino, Juliana Guanãbi, Letícia Farnetani, Nathalia Vieira (Natu), Isadora Simões (por me apresentar duas das mulheres pretas mais incríveis do mundo: Maisa Almeida e Maura Cristina), Marcela Rolim e Rebeca Alves. Vocês são incríveis! Obrigada por todas as conversas, viagens, livros, filmes, rolês, comidas, risadas, choros, curas compartilhadas, conversas longas e profundas sobre o tudo e o nada. Com vocês eu vivi os melhores momentos ao longo desses anos na USP, Para vocês todo meu amor, carinho e respeito.

Obrigada às minhas queridas amigas que os movimentos e feminismos negros me trouxeram: Ellen Kianga (pela alegria, pelos roles e todo apoio), Fernanda Leite Mariano (pelas viagens, trocas e por me mandar mensagem toda semana perguntando pelo TCC, rs), Mirella Santos Maria (pela serenidade, carinho e conversas sobre a importância de deixar registrado nossas trajetórias. Amiga, você me inspira tanto!), Renata Inácia (pela força e presença diária), Cici Andrade (pelas nossas conversas compartilhadas e revoltadas diante a racismo e machismo) e as amigas que mesmo distantes me fortalecem muito: Aline Laurinda, Carol Sousa, Luma Oliveira, Mônica M. Gonçalves, Natália Neris, Renata Macedo e Thais Santos.

Máximo respeito pelo Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras da Geografia da USP (NEPEN). A nossa ocupação do Laboratório de Geografia de Urbana (LABUR) me fortalece a cada dia. Com vocês eu tenho aprendido sobre novas perspectivas geográficas negras latino-americanas e sobre a importância de criar afetos para (re)existir em espaços como a USP. Obrigada por tudo: Celso Jr., Everton Cassimiro Apolinario, Fabi Luz (amiga, eu nem sei como agradecer por todas as revisões do texto, pelo olhar atencioso, apoio e carinho), Felipe Ricardo, Guilherme Estevão, Igor Valvassori (pelas trocas e dicas), Jennifer Terriaga (por todo carinho e apoio de sempre), Jonathan Marcelino, Renato Santos, Ricardo Oliveira Santos, Rita de Cássia, Tuwile Jorge Kin Braga (maninho, obrigada pela amizade, por me orientar, me incentivar e me fazer acreditar nos momentos que eu pensei em desistir. Esse TCC é nosso!) e as minhas amigas que já citei acima, mas que também fazem parte: Isa e Amanda.

Aos meus queridos Paulo Ribeiro (valeu pelas viagens e por todas as reflexões sobre a vida), Rodolfo Horoiwa (pelos longos anos de amizades, por estar ao meu lado na escrita e correção desse trabalho), Thiago Cohen (por me fazer reaprender a linguagem da dança) e as

minhas queridas Camila de Sá (pelo canto e pelos áudios que me fazem sempre rir) e Gabriela Moreno (por transbordar de amor).

Um salve também a Adriana Santana, Ana Brandão, Alice Haibara, Aura Gabriela, Agnelo Bento, Ana Clara, Alexandre Nascimento Rocha (obrigada pelas caronas e alegrias nos trabalhos de campo), Bruno Lyrio, Caio Esquioga, Carlos André (Cale), Cintia Vanessão, Cristiane Avelar, Débora Lima, Dri Ribeiro, Edmo de Jesus, Edson Pereira (Minas), Érika da Silva, Érika Rocha, Felipe (barba), Gabi Dias, Gustavo Pagador, Ingrid Silva, Jackson Brito, Janete Fiori Leão, Jeferson Tiago, Julia Luchesi, Juliana bonfim, Julio Santos, Junior Mahin, Karina Ono (parceria desde fundamental), Ketí Angelova, Leid Correia, Levi Keniata, Luciana Jambo, Luciana Soares, Lucineia (Lucy Negra), Ludmylla Gonçalves (e toda a galera preta da geografia do RJ), Luis Christofolletti, Maiassa Chaar, Marcelo Vitale, Marcio Farias, Marlon Alberto, Mary Ellen, Rafaél Antônio Cruz, Renata Brandolizi, Ronaldo Silva, Ratu, Sandy Pessonnia, Samiyah Becker, Sheila Weza, Suzi Corrêa, Tailane Machado, Tiago Onidaru, Thais Avelar, Vitor Silva, Victoria de Castro Vianna, Zainne Silva de ZÁ. Obrigada pelas trocas mesmo que distantes! Vocês me inspiram!

Ao Coletivo Negro- USP que mesmo não existindo mais, sei que tudo que construímos juntxs entre 2013 e 2014 ecoam em outros espaços e nos fortalecem até hoje. Aprendi muito com cada uma e cada um. Obrigada pelas amizades que ultrapassaram os nossos encontros.

Ao Tomn- Teatro das Oprimidas Mulheres Negras, minhas amigas, percorremos outros caminhos, mas sinto vocês sempre perto. Nunca vou me esquecer das nossas vivências e reflexões que me proporcionaram aprender na prática o que é resiliência.

Ao Núcleo de Consciência Negra USP, quilombo dentro da USP que assim como ao Núcleo de Artes Afro-brasileiras trasborda resistência. Obrigada por cada encontro, dança, arte e formação política.

Um salve aos cursinhos populares, principalmente ao Cursinho Poli USP e o Medensina USP que entre 2008 e 2009 me acolherem e me deram base de estudo para entrar na USP.

Um salve a todxs do projeto PIBID/geografia na Faculdade de Educação- USP e Escola de Aplicação, principalmente a professora Nuria Hanglei Cacete e professor José Carlos.

A galera tanto da Colômbia, quanto do Brasil que me ajudarem achar fontes para essa pesquisa: Ana Cechinel, Astrid Liliana Angulo Cortés, Aurora Vergara-Figueroa, Betty Ruth Lozano Lerma, Carlos Herrera, Daniela Molina Marin, Fundacion AfroVida, Guillermo Viasús Quintero, Indira Raquel, Saray Chavarria (pela ajuda no espanhol) e Vitor Taveira.

Todo meu carinho ao Giro Cultural USP: Angélica Pereira, Gabrielle Almeida (pela

ajuda no espanhol), Lucius Moura (é noix!), Luis Felipe, Kaique Bezerra (pela ajuda no inglês) e Victor. Obrigada em especial a Cássia Maria, mulher preta de muita força e amor (é um presente trabalhar e poder estar sempre ao seu lado). Pessoal, muito obrigada por toda motivação e pelo espaço que vocês me deram para escrever esse trabalho.

Às/aos geógrafxs Angela Gomes, Geny Guimarães, Alex Ratts (obrigada pelos conselhos e afeto), Andreilino Campos, Billy Malachias, Renato Emerson dos Santos e Diogo Marçal Cirqueira por enegrecerem os olhares sobre a geografia. Sem os trabalhos de vocês o caminho teria sido muito mais árduo.

Gostaria de agradecer também ao Griot, Mestre e Professor Salloma Salomão, não só por ter aceitado fazer parte da minha banca, mas por ser um querido amigo que sempre inspira, traz novos olhares e horizontes. Que privilégio ser uma contemporânea sua. Você sim é uma Aurora Negra!

À Professora Simone Scifoni por ser uma inspiração de mulher e geógrafa dentro da USP e também por sempre fazer pontes para novos caminhos na Geografia. Uma inspiração sem tamanho também!

Ao Professor Eduardo Donizetti Giroto por ter aceitado ser meu orientador, por revisar o trabalho, mas principalmente por transmitir brilhos nos olhos durante as aulas, o que me inspira ainda mais a querer ser professora.

Agradeço também as músicas, artes, filmes, teatros, encontros e toda forma de cultura e coletivo/quilombo negro que são a minha maior formação: Clariô e as Clarianas, ChocQuibTown (a base desse trabalho), Beatriz Nascimento (sou atlântica!), Grada Kilomba, Coletivo Negro, Latinidades Afrolatinas (ter participado do evento em 2014 foi um divisor de águas), Cia Os Crespos, Lélia Gonzalez (amefricanidade), Quilombo Caçandoca, Aláfia, Cadernos Negros, Terça Afro (salve Ana Carolina da Silva), Sueli Carneiro, Raquel Malachias, Aparelha Luzia, Djamila Ribeiro, James, Baldwim, Susana Baca, Cia Sansacroma, Black Panthers, Toto La Momposina, Salloma Salomão, Chimamanda, Milton Santos, Ballet Koteban, bell hooks, Quilombo X, Akins Kinte, Rincon Sapiência, Preta Rara, NEPAFRO, Aimé Césaire, Luedji Luna, Linn da Quebrada, As Capulanas (salve Débora Marçal e Flávia Rosa), Joseph Ki-Zerbo, Reaja ou será Morto, Ilú Inã, Nina Simone, Guerreiras Sem Teto (salve Maura), Malcolm x, Racionais MC's, Cheikh Anta Diop, Conceição Evaristo, Eric Williams, Batekoo (salve Renatta Prado), Frantz Fanon, Angela Davis, Allan da Rosa (pedagoginga inspiradora), Sarau do Binho, Dandara, Shirley Campbell, Carolina Maria de Jesus, Grada Kilomba, Zezé Mota, Viola Davis e tantas outras. Com vocês eu aprendo refletir e sentir sobre a forma como eu quero existir nesse mundo. Obrigada! Asè

[...] Seguimos aquí con la herencia africana
Más fuerte que antes
Llevando el legado a todas partes
De forma constante
Expresándonos a través de lo cultural
Música, artes plástica, danza en general
Acento golpia'o al hablar
El 1,2,3 al bailar
Después de eso seguro hay muchísimo más
Este es pacífico colombiano
Una raza un sector
Lleno de hermanas y hermanos
Con nuestra bámbara y con el caché
(*bendición, buen espíritu)
Venga y lo ve usted mismo
Pa vé como es, y eh!
Piense en lo que se puede perder, y eh!
Pura calentura y yenyere, y eh!
Y ahora dígame que cree usted
Por qué colombia es más que coca, marihuana y café.

Somos Pacífico (Choc Quib Town)

RESUMO

GUERRA, Geinne Monteiro de Souza. Pacífico Negro Colombiano: territorialidades e os movimentos negros de 1980 e 1990. 74 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta pesquisa teve como intuito refletir sobre apagamento e invisibilidade de estudos na Geografia sobre negros na Colômbia, onde por meio de conceitos da geografia buscamos afirmar que a presença da população negra colombiana não é só marcante, mas também significativa na contribuição dos processos da formação histórica e socioespacial da Colômbia, no que diz respeito às esferas econômicas, políticas, sociais e culturais, tanto no país quanto no contexto latino-americano. Sendo assim, organizamos esse trabalho da seguinte forma: apresentamos o arcabouço teórico-metodológico que utilizamos na investigação, discorrendo conceitos relacionados ao espaço, como território e territorialidades, entre outros, como diáspora, linha de cor, dupla consciência e colonialidade do poder. Logo após, fizemos uma breve contextualização geográfica e histórica sobre o Negro na Colômbia, para compreender as relações raciais, destacando o que aconteceu no passado de modo que possa justificar as territorialidades materiais e simbólicas dessa população ao longo dos anos. Junto a isso, trouxemos também os efeitos do racismo na sociedade colombiana e algumas formas de resistência engendradas pelos movimentos negros no país que surgiram entre 1980 e 1990, concomitantemente e, também por influência, de outros movimentos negros em diferentes contextos. Desse modo, apresentaremos a importância das territorialidades simbólicas construídas por essa população, que transcende o tempo-espaço entre Pacífico Negro e Atlântico Negro, como redes que viajam ideias de resistências do povo negro na diáspora Afro-latino-americana.

Palavras-chave: População Negra na Colômbia. Pacífico Negro. Afro-colombianos. Diáspora Africana. Territorialidades. Movimento Negro Colombiano. Afro-latino-américa.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo reflexionar sobre lo borrado y la invisibilidad de estudios en Geografía sobre los negros en Colombia. Por medio de conceptos de la geografía buscamos afirmar que la presencia de la población negra colombiana no es sólo marcante, también es significativa en los procesos de formación histórica y socio-espacial de Colombia; es decir, en las esferas económicas, políticas, sociales y culturales, tanto en el país como en el contexto latinoamericano. Siendo así, este trabajo está organizado de la siguiente manera: primero se presenta la base teórico-metodológica utilizada en la investigación, discutiendo conceptos relacionados con el espacio, como territorio y territorialidades, entre otros, como diáspora, línea de color, doble conciencia y colonialidad del poder. Después, se hizo una breve contextualización geográfica e histórica sobre el Negro en Colombia, para comprender las relaciones raciales, destacando lo que ocurrió en el pasado de modo que pueda justificar las territorialidades materiales y simbólicas de esa población a lo largo de los años. Junto a eso, se exponen los efectos del racismo en la sociedad colombiana y algunas formas de resistencia engendradas por los movimientos negros en el país que surgieron entre 1980 y 1990, concomitantemente y, también por influencia, de otros movimientos negros en diferentes contextos. Por último, resaltamos la importancia de las territorialidades simbólicas construidas por esa población, que trascienden el tiempo-espacio entre el Pacífico Negro y el Atlántico Negro, como redes que comunican ideas de resistencias del pueblo negro en la diáspora Afro-latinoamericana.

Palabras clave: Población Negra en Colombia. Pacífico Negro. Afrocolombianos. Diáspora Africana. Territorialidades. Movimiento Negro Colombiano. Afro-latinoamericano.

ABSTRACT

This research aimed to reflect about deletion and invisibility studies in geography about black people in Colombia, where through with concepts of geography we seek to affirm that the presence of Colombian black population is not only remarkable, but also significant in the contribution of formation historical processes and socio-spatial development in Colombia, about economic, political, social and cultural spheres in the country and the context of Latin American. Therefore, this research was organized firstly presenting the theoretical-methodological framework that we use in the investigation, discussing concepts related to space, like territory and territorialities, among others, such as diaspora, color line, dual consciousness and coloniality of power. And then, we made a brief geographical and historical contextualization about the black people in Colombia, to understand race relations, highlighting what happened in the past that can justify the material and symbolic territorialities of this population over the years. Along with this, we also brought the effects of racism in Colombian society and some forms of resistance engendered by the black movements in the country that emerged between 1980 and 1990, concomitantly and also by influence, of other black movements in different contexts. Thus, we will present the importance of the symbolic territorialities constructed by this population, which transcends time-space between the Black Pacific and Black Atlantic, as networks that travel ideas of resistance of the black people in the Afro-Latin American diaspora.

Keywords: Black population in Colombia. Black Pacific. Afro-Colombians. African Diaspora. Territorialities. Black Colombian Movement. Afro-Latin-America.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização Geográfica da Colômbia.	38
Mapa 2. Divisão político-administrativa.....	39
Mapa 3. População que se autorreconhece como Afrocolombiana, segundo o censo de 2005.....	41
Mapa 4. Mapa de Mortalidade Infantil, segundo censo de 2005.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OB	Organizações de Base
ACABA	Organização Campesinos del Baudó
ACADESAN	Associação Camponesa do Rio San Juan
ASOCASAN	Organização Popular do Alto Baudó e da Associação Camponesa do Alto San Juan
CODECHOCO-	Corporação Autônoma Regional para o Desenvolvimento do Chocó
CIDCUN -	Centro para la Investigacion y Desarrollo de la Cultura Negra
DANE -	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
INCORA	Instituto Colombiano de Reforma Agrária
Movimento <i>Cimarrón</i>	Movimiento Nacional por los Derechos de las Comunidades Negras
PCN	Processo de Comunidades Negras
ONG	Organizações não Governamentais
ONU	Organizações Unidas
OPOCA-	Organização Popular do Alto Atrato
SOWETO Negras	Círculo de Estudios de la Problemática de las Comunidades de Colombia

Sumário

INTRODUÇÃO	17
Escrevivência: buscando forças e referências	17
1. Em busca de estudos enegrecidos.....	20
1.1 Os estudos sobre a população negra colombiana	22
2. Espacialidades e as relações raciais.	25
2.1 Dos territórios as múltiplas territorialidades.	25
2.2 Relações raciais: a Dupla Consciência e a Linha de Cor.....	31
2.3 Raça e a Colonialidade do Poder/Saber.....	33
3. O Pacífico Negro Colombiano.	37
3.1 Localização e o olhar crítico sobre os dados estatísticos.....	37
3.2 Perspectivas Geo-históricas: da diáspora forçada ao Pacífico Negro.....	46
4. Espaço geográfico como uma condição para ação: territorialidades e os movimentos negros colombianos entre 1980 e 1990.....	55
4.1 Atlântico Negro e Pacífico negro: redes que viajam ideias de (re)existência	55
4.2 Movimento Nacional Cimarrón.	56
4.3 Organizações de Base (OB).	59
4.4 Processo de Comunidades Negras (PCN).....	62
Para não concluir.....	64
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

Escrevivência: buscando forças e referências

Não nascemos negros, nos tornamos a medida que
consequimos fazer uma leitura da nossa trajetória por
meio das experiências de discriminação vividas.
Neusa Santos Souza

No processo da escrita desta pesquisa, fui permeada por memórias que me levaram para bem antes de quando comecei a refletir sobre a minha corporeidade negra latino-americana. Lembrei muito das mulheres negras e nordestinas que mais me dão forças: minha mãe, minha avó Eli, minha irmã e minhas tias. Foram elas que, mesmo não tendo sinalizado sobre como enfrentar o racismo, me ensinaram a ser forte e a lutar, o que eu vejo como uma das maiores referências que tenho sobre resistência, já que em meio a condições tão duras, além de tudo, me ensinaram o que é o amor. São elas também as minhas memórias ancestrais e raízes mais profundas que me dão motivação e força para ocupar e lutar por espaços que historicamente sempre nos foram negados.

Não lembro o dia certo em que eu falei a primeira vez “eu sou negra”, porém recordo-me profundamente dos impactos do racismo não só na minha trajetória, mas também nas das pessoas negras a minha volta. Ser negra, refletir sobre os processos e os efeitos do racismo, dentre outras coisas, é o que as palavras de Beatriz Nascimento nos descreve:

[...] enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo” (1974b: 76 apud RATTS, 2006, p. 39).

Nesse sentido, ser negra latino-americana é fazer parte de uma frente de batalha constante dentro de uma sociedade racista que de todas as formas tenta nos negar e segregar. Eu lembro bem que, uma vez, em uma das milhares de palestras que fui sobre a questão racial, uma palestrante disse que uma pessoa torna-se negra através de duas formas de nascimento: um quando nasce e outro quando passa a se questionar sobre os impactos do racismo em sua vida. É dolorido perceber, como nos mostra Franz Fanon (2008), as máscaras brancas que usamos para nos inserir na sociedade e do quanto dentro desse processo houve uma autonegação, já que para que a inserção aconteça, passamos por diversas imposições e assimilações dos padrões da branquitude, que Neusa Souza Santos nos descreve bem em seu

livro “Torna-se Negro” (1983. p. 23). Por outro lado, a desconstrução desse processo é um dos maiores atos de liberdade, ou seja, é como se fosse um segundo nascimento, já que a partir daí, passamos por um processo de diluição e desconstrução dos efeitos do racismo tão introjetado, mesmo sabendo que a consciência negra não nos torna isentos de sofrer racismo. Pensando nisso, lembro-me de cada livro, encontro, texto, poema, música, palestra, filme, teatro, dança, coletivo, atos, manifestações e vivências sobre as relações raciais que passaram por mim e da forma como eles continuam me atravessando e me fazendo refletir até hoje.

Para nós, negras e negros, estudar, escrever e denunciar o racismo é um trabalho de reexistência. bell hooks, que escolheu ser representada com o nome em letras minúsculas, fala que principalmente nós, negras, jamais devemos pensar o trabalho intelectual como algo divorciado da política do cotidiano, por isso a importância de ocupar esses espaços de produção do conhecimento, já que assim podemos de forma concreta compreender e encarar a realidade: “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizaram e libertaram suas mentes” (hooks, 1995, p. 466)

É por isso que acredito profundamente no que Conceição Evaristo chama de escrevivência(s), que significa “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (2007, p.20), mas que podemos levar para outro tipo de escala, ligada às experiências negras latino-americano, pois apesar de estarmos em múltiplas particularidades e territorialidades negras, existem fatores que nos unem, principalmente em relação às lutas contra o racismo. Então, por isso escolhi um tema que tivesse relação direta com a minha trajetória de vida. Ainda que enfrentando as dificuldades para escrever, busquei forças nas mulheres negras que me antecederam, pensando no que Evaristo escreve da importância de romper com a passividade da leitura e buscar o movimento da escrita. Para ela, o ato de ler oferece a apreensão do mundo, já o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida: “(...) Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação (EVARISTO, 200. p. 20 e 21)”.

Pensando nas geo-grafias e escrevivências, não foi diferente em relação à escolha do tema, pois apesar de se tratar da Colômbia, tem uma ligação direta com uma viagem universitária que fiz em julho de 2013, em que, através de um encontro de estudantes de todos os lugares da América Latina e de algumas outras partes do mundo, pude conhecer algumas comunidades indígenas e alguns dos mais importantes Parques Arqueológicos da Bolívia e Peru. Foi nessa viagem que aprendi a olhar mais de perto e refletir sobre a minha

corporeidade negra latino-americana, principalmente pelo fato de que uma das coisas mais marcantes que acontecia, muitas vezes sem que eu dissesse uma palavra, era a tentativa das pessoas de adivinhar de que país eu era e sempre perguntavam: “Você é brasileira ou colombiana?”. Depois de ter escutado isso algumas vezes, percebi o quanto não sabia praticamente nada da história e das geo-grafias da Colômbia, muito menos dos negros que lá viviam, da qual, eu como uma geógrafa em formação, ainda mais estudando dentro de uma das mais importantes universidades da América Latina, nunca tinha ouvido falar sobre esse assunto nos contextos de sala de aula. Não tinha ideia naquela época do quanto era representativo a população negra na Colômbia.

Ao voltar da viagem e ao entrar em uma imersão sobre estudos ligados as questões históricas e geográficas dos negros na Colômbia e de outras localidades, eu percebi o quanto eu sabia muito pouco sobre o assunto, não só no contexto colombiano, mas também em outras localidades da diáspora africana nas Américas. Porém, com o tempo, fui me deparando com estudos sobre os negros no Chile, Venezuela, México, Peru, Argentina e em outros locais. Dentro disso, pude constatar que mesmo no Chile, onde houve um processo de branqueamento tão forte que praticamente apagou vestígios da presença africana, (MELLAFE, 1959 apud NASCIMENTO, 2008, p. 143), os dados demonstram que entre 1540 e 1620, havia muito mais negros que brancos; na Venezuela a população africana chegou a quantidade de 406 mil habitantes e a europeia, de 200 mil; já o México recebeu, entre os períodos de 1519 a 1650, dois terços de todos os africanos que foram trazidos a força para as terras colonizadas pelos espanhóis, onde em 1570, a população africana do México chegou a 20.569, dos quais 2.000 moravam em comunidades livres chamadas cimarrones (BELTRÁN, 1946, p. 111-2 apud NASCIMENTO, 2008, p. 144); em Buenos Aires na Argentina, no século XIX, mais de um terço da população era negra (RAMA, 1967, p. 15 apud NASCIMENTO, 2008, p. 148); em Lima, capital do Peru, antigos censos mostram que em 1640 havia quinze mil negros, o que correspondia praticamente a metade da população (NASCIMENTO, 2008, p. 147) e nas décadas de 1970 havia mais ou menos sessenta mil negros no Peru (CRUZ, 1974 apud NASCIMENTO, 2008, p. 147); na Colômbia, por sua vez, a população negra chegou a somar 80% da população em 1901 (VELASCO, 1966 apud NASCIMENTO, 2008, p. 143). Junto a isso, fiquei refletindo o quanto de histórias, sociedades, culturas, conhecimentos, técnicas e suas múltiplas formas de territorialidades simbólicas que vieram junto com essas populações africanas e que por muita (re)existência a todo tipo de genocídio nos atravessam e nos permeiam até os dias de hoje.

É extremamente importante lutar pela visibilidade e não apagamento das produções de conhecimentos sobre o tema, não só no contexto da Colômbia, mas de toda a diáspora africana presente dentro do continente que podemos chamar também de continente Afro-latino-americano, ou até mesmo do que veio a chamar Lélia Gonzalez (1988), “categoria político-cultural Amefricanidade”, ao refletir sobre a experiência comum dos negros nas Américas, onde a autora destaca a ligação e a importância da nossa ancestralidade através das propostas que buscavam alternativas de organização social, como por exemplo, os quilombos no Brasil, que era muito similar ao que acontecia na Colômbia através dos palenques e em outras partes das Américas com os cimarrones, cumbes e maroon societies. Para Gonzalez, como nos mostra Bairros (2000, p.11), essas experiências são patrimônios históricos dos negros e que tem continuidade até os dias de hoje em toda a diáspora africana.

Ao refletir sobre tudo isso, escolher estudar os negros na Colômbia, através de um contexto afro-latino-americano, vai de encontro com a importância de desconstruir/descolonizar a ideia da história e a geografia da exclusão da população negra ao reafirma “a produção de uma imagem de território que remete exclusivamente à colonização pela imigração europeia, oculta a presença negra, apaga a escravidão da história da região e assim autoriza violências diversas” (SANTOS, 2007, p. 15). Com isso, a importância do papel da geografia dentro desse tema, e como reforça Santos, no que diz respeito às novas construções críticas, releituras e representações da realidade, para não reforçar os padrões perversos e violentos impostos pelas estruturas de poder que sustentam o racismo.

1. Em busca de estudos enegrecidos

Uma das partes mais difíceis da pesquisa foi achar dados enegrecidos, críticos e não folclóricos sobre as histórias e geografias da população negra colombiana.

Existe uma negação dos reconhecimentos dos estudos negros, ainda mais quando são escritos por nós mesmos, principalmente se for uma mulher negra (hooks, 1995). Isso se dá através da desvalorização, negação e, principalmente, do ocultamento dos nossos estudos, escritos e contribuições sobre a diáspora africana, assim também como acontece sobre o Continente Africano em relação à produção de conhecimento não somente em relação às relações raciais, mas sobre a sociedade como um todo. No lugar desses estudos, há imposições eurocêntricas e embranquecidas sobre os conhecimentos históricos, geográficos,

sociais, políticos, econômicos e culturais. De modo geral, isso é o que Boaventura Sousa Santos (1997 apud CARNEIRO, 2005. p. 96) veio a chamar de epistemicídio, conceito que ele criou ao estudar o motivo de existir a aceitação dos conhecimentos epistêmicos hegemônicos em detrimento de outras formas de conhecimento, como nos explica a filósofa Sueli Carneiro ao descrever o conceito formado por Santos:

[...] o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005. p. 96).

Dentre os genocídios, o epistemicídio foi um dos que mais se adequou a novas estruturas, já que ele sempre se configurou como forma de conhecimento usado para subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais, como por exemplo, movimentos negros, indígenas e de gênero (CARNEIRO, 2005, p. 96). Para nós, refletir sobre esse conceito dentro das relações raciais é abordar também o que é chamado por “sequestro da razão no duplo sentido” ao “negar a racionalidade do Outro” através da “assimilação cultural” imposta:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento [...] (CARNEIRO, 2005. p. 97).

É importante enfatizar que isso não só se deu através da construção desta pesquisa, mas também em todo período da graduação, não só no que diz respeito a visões da geografia enegrecidas, mas também em relação a representatividade negra, já que um dos únicos autores negros utilizado em sala de aula para refletir a geografia foi Milton Santos. Mesmo assim, poucos temas tiveram um recorte racial, ou seja, que abordasse temas sobre o negro, indígena, gênero, ou até mesmo dos efeitos da branquitude nas geo-grafias. Se algum dia teve, foi trazido por questionamento de nós alunas e alunos. Por isso que, se não fossem as minhas buscas pessoais, o meu contato com os movimentos de negras e negros, com o Núcleo de consciência Negra, coletivos negros, grupos de estudos e outros espaços de produção de conhecimento ligados a uma perspectiva negra e de relações raciais, eu teria tido no Departamento da Geografia da Universidade de São Paulo uma formação acadêmica através de um olhar praticamente todo branco e eurocêntrico.

De acordo com o haitiano Trouillot (2016, p. 39) “a história é para uma coletividade aquilo que a lembrança é para um indivíduo, a recuperação mais ou menos consciente de experiências passadas armazenadas na memória. Deixando de lado suas inúmeras variantes”. Se analisarmos dessa forma, ainda mais através de uma perspectiva de que muitas narrativas, ou seja, visões de mundo, são produzidas fora da academia, é exatamente por isso mesmo que elas acabaram, em grande medida, sendo ignoradas pelas teorias e processos sociais hegemônicos (2016, p. 51). Esse processo fez com que outras narrativas e concepções de mundo, se transformassem em um conjunto específico de silêncios (2016, p. 59). Por isso, acreditamos na importância de deixar os silêncios falarem através de outras reflexões, narrativas, visões e fatos sobre mundo, com o intuito também de enxergar os processos históricos e geográficos como forma de (re)existência em relação à narrativa social racista hegemônica.

Por isso que, buscar dados, estudos, intelectuais e perspectivas enegrecidas, se tornou um dos principais eixos dessa pesquisa, já que se trata também de uma luta política e epistemológica histórica e geográfica, com intuito de buscar uma maior delimitação do lugar de fala e de escrita dos conhecimentos trazidos para reflexão.

1.1. Os estudos sobre a população negra colombiana

Existe uma invisibilidade epistemológica muito grande quando se trata de estudos geográficos e históricos sobre a presença das mulheres, crianças e homens negros na Colômbia, mesmo sendo o terceiro país da América e o segundo país da América do Sul com maior porcentagem de população afrodescendente (WABGOU, 2008, p. 331). Desse modo, afirmamos que é possível dizer que a presença da população negra seja não só marcante, mas significativa na contribuição dos processos da formação histórica e socioespacial da Colômbia, e também, no que diz respeito às esferas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Invisibilizar e desconsiderar a forte presença negra na Colômbia, ou limitar essa presença a certo período da história, significa reafirmar o mito ideológico do desaparecimento relatado através de uma narrativa dominante e racista, como aconteceu e ainda acontece em outros países Afro-latino-americanos onde há ou houve presença das populações negras advindas da diáspora forçada. Essa construção ideológica do passado que inviabilizou o negro de sua história na Colômbia se manifesta hoje no que diz respeito, como por exemplo, a forma como essa população é invisibilizada pelo Estado e assim como através das narrativas que buscam apagar a representatividade da cultura negra dentro do país.

Dessa forma, dialogando com as questões expostas anteriormente e considerando que o processo social sempre deixa heranças que acabam constituindo uma condição para compreender as novas etapas (SANTOS, 2012, p. 140), o presente trabalho pretende analisar as relações raciais na Colômbia através dos conceitos da geografia ligado ao território e às múltiplas territorialidades. Dentro disso, refletir sobre a história, geografia, racismo e os movimentos dos negros na Colômbia que se formaram entre as décadas de 1980 e 1990. Sabemos que se trata de termos polissêmicos, mas foram escolhidos pelo fato de abordarem questões centrais para compreender a Geografia ligada às formas de espacialidades (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Nesta pesquisa, o conceito de território vai ser discutido através das reflexões trazidas pelo Claude e que foi enfatizada pelo Tuwile Jorge Kin Braga (2014. P. 15) no que diz respeito às relações de poder entre os indivíduos, grupos de indivíduos e instituições que territorializam o espaço, ou seja, que se apropriam do espaço. Utilizamos uma abordagem territorial porque ela evidencia as relações de poder, assim como “serve para desmascarar, denunciar, abstrair e apreender os mecanismos de centralização e as estratégias utilizadas pelas classes e grupos dominantes para coagir, vigiar excluir, concentrar, reprimir, controlar, e acumular capital” (SAQUET, 2015, p. 135). Por outro lado, através do conceito de território, como veremos a seguir, é possível visualizar também que por mais que existam relações de poder, há também possibilidades de resistências (FOUCAULT, 1979, p. 241 apud SAQUET, 2015, p. 135).

Por isso levaremos em conta também o que nos mostra Fernandes (2005 apud BRAGA, 2014, p. 15) ao assinalar que as relações sociais são “produtoras de espaços fragmentados/divididos e, portadores de conflito”. E também o que, a partir disso, Braga (2014, p. 16) pontua sobre como essas dicotomias existem devido às diferentes leituras espaciais realizadas por diferentes grupos sociais que, ao se apropriarem do espaço, irão se “caracterizar pela construção de limites, barreiras que distinguem de outros grupos produtores do território”.

Ao analisar a questão negra na Colômbia, pretendemos compreender os conflitos que estão intrinsecamente ligados às relações de poder e como eles estão grafados no território ao se apropriarem do espaço. Por isso, nos atentamos para que o espaço não seja visto de forma imparcial, já que nele, grafado em forma de território, está presente “uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades” (FERNANDES, 2005, p. 26). Dentro disso, caso não haja a correlação

social, o espaço imparcial e fracionado não sustenta um melhor entendimento sobre os temas abordados. Para Fernandes (2005, p. 27), o espaço imparcial, ou seja, que “apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural”, são análises incompletas e reduzem a qualidade da compreensão dos temas abordados:

Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço e que não restrinjam as qualidades composicionais e completivas dos espaços (FERNANDES, 2005, p. 26).

Ainda, seguindo essa linha, usaremos o que Rogério Haesbaert (2006) compreende como necessário para entender as múltiplas relações de poder e forças sociais ao analisar o território através da possibilidade da multiplicidade de suas revelações, levando em conta que, ao fazer essa análise, não significa deixar de compreender as manifestações e exercícios do poder. Como demonstraremos nesta pesquisa, acreditamos que ao usar esses conceitos será possível compreender melhor as trajetórias socioespaciais do povo negro colombiano, já que através deles é possível compreender o que Haesbaert (2004) denominou como multiterritorialidades. Esse conceito é extremamente importante para evidenciar as totalidades multidimensionais das relações, já que existem dimensões e vínculos indissociáveis impostas dentro dele: “da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas.” (FERNANDES, 2005, p. 28).

Pensando nessas questões metodológicas para reflexão sobre o racismo, vemos o quanto é importante compreender a dimensão espacial das relações raciais e toda sua complexidade, já que eles nos ajudam a delinear e pôr em evidência os processos de hierarquização dos territórios. Como nos mostra o Renato Emerson dos Santos:

Chamamos aqui a atenção para a dimensão espacial das relações raciais, em toda a sua complexidade. Sendo a “raça”, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, visto que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais. É neste sentido que defendemos aqui que as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço (SANTOS, 2012. p. 38).

Por isso defendemos que revelar estas espacialidades e territorialidades, no nosso caso o Pacífico Negro Colombiano, é uma forma também de colocar em evidência os efeitos do

racismo, assim como, as formas de resistência nos múltiplos territórios negros colombianos, já que a “territorialização, movimento dinâmico do espaço, tende a dialogar com as múltiplas características que envolvem o negro na sociedade” (BRAGA, 2014, p. 19).

Com tudo, organizamos o TGI da seguinte forma: no segundo capítulo, apresentamos o arcabouço teórico-metodológico norteador, ou melhor, suleador da investigação, discorrendo sobre os conceitos de espaço, território, múltiplas territorialidades, entre outros, como diáspora, linha de cor, dupla consciência, Colonialidade do poder, etc. No terceiro capítulo, faremos uma breve contextualização geográfica e histórica sobre o Negro na Colômbia, a fim de compreender o que aconteceu no passado que possa justificar os territórios e territorialidades atuais dessa população. Trataremos também os efeitos do racismo na sociedade colombiana e algumas formas de resistência engendradas pelas populações negras dos países. Com isso, no quarto capítulo, abordaremos três movimentos negros que surgiram entre 1980 e 1990 na Colômbia. Por fim, apresentamos breves considerações sobre os resultados da investigação e sua importância para ampliar a compreensão da geografia negra na Colômbia dentro de um contexto Afro-latino-americano.

2. Espacialidades e as relações raciais

2.1. Dos territórios as múltiplas territorialidades

Para interpretar corretamente o espaço é preciso descobrir e afastar to dos os símbolos destinados a fazer sombra à nossa capacidade de apreensão da realidade.
Milton Santos

Como nos mostra Rogério Haesbaert (2004, p. 1), o conceito de território possui uma dupla conotação, material e simbólica, sendo que “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. O autor ainda cita Lefebvre para distinguir “apropriação” de “dominação” (posseção, propriedade), onde o primeiro tem relação com o processo mais simbólico, ligado às marcas do “vivido”, do valor de uso e o segundo está ligado a processos mais concretos, funcionais e vinculados ao valor de troca:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (Lefebvre, 1986:411-412, grifo do HAESBAERT, 2008, p.2).

Com isso, é possível afirmar que através das diferentes relações sociais se constrói e se transforma o espaço geográfico (BRAGA, 2013, p. 15), ou seja, o espaço social é a materialização da existência humana, uma dimensão da realidade que se configura de forma multidimensional e multiescalar. Através da relação social e de relações de poder se cria uma determinada compreensão do espaço, como nos mostra Fernandes (2005, p. 27): “conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não”. Dentro dessa concepção é possível dizer que a forma como é produzida uma espacialidade por se tratar de ser um “espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” e devido ao fato do território possuir limites e fronteiras, se torna um espaço de conflitualidades, sendo, é ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação (FERNANDES, 2005, p. 27). Através da contribuição de Raffestin (1993, p. 50. BRAGA, 2013, p. 15) é possível compreender melhor a relação do espaço com o território:

[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, a representação) o ator territorializa ‘o espaço’.

Raffestin (1993, p. 63 apud FERNANDES, 2005, p. 27) caracterizou território como sistemas de ações e sistemas de objetos, por isso podemos dizer que essa definição vai ao encontro com a de Milton Santos ao enfatizar que espaço geográfico também é território, mesmo que eles sejam diferentes, já que para Santos (1994a, p. 16. SAQUET, 2015, p. 41) “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Porém, é importante enfatizar que mesmo que o território possa ser um espaço (nem sempre geográfico, pois pode ser social, político, cultural, cibernético, etc.), nem sempre e nem todo espaço é um território (FERNANDES, 2005, p. 27).

Haesbaert (2004, FERNANDES, 2005, p. 28) cita que dentro do espaço há diferentes territórios, o que ele caracterizou como multiterritorialidades, que vão se constituir através de intencionalidades dos grupos sociais, “uma forma de poder que mantém a representação materializada de um grupo sobre o espaço” (BRAGA, 2013, p. 16), que depende da forma

como acontece a apropriação que os limites e fronteiras vão construir, tornando um território diferente do outro.

Estas fronteiras, para Morais (2008) podem ser linhas que formalmente delimitam ou legitimam as áreas, como por exemplo, as mais clássicas, as soberanias estatais. Mas a literatura mostra que estas fronteiras sendo físicas ou simbólicas, são produtoras de uma ideologia, fundamentada a partir de argumentos ou discursos que delimitamos espaços e hierarquizando os lugares (BRAGA, 2013, p. 16).

Levando em consideração que muitas vezes as relações sociais são estudadas através de formas parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, incompletas, que faz com que, muitas vezes, haja a fragmentação do espaço, mas não com o intuito de buscar uma crítica sobre a sociedade de forma profunda, mas sim de reproduzir desigualdades e diferentes formas de exclusão, assim como nos mostra Fernandes (2005, p. 26 apud BRAGA, 2013, p. 16) principalmente ao dizer que é preciso superar essa visão de mundo e buscar a “criação de métodos que *desfragmentem* o espaço e que não restrinjam as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços”.

Por isso, nesse presente trabalho, ainda mais por abordar a questão racial e da população negra na Colômbia, optamos por buscar compreensões de três movimentos negros da Colômbia, que surgiram entre 1980 e 1990 por meio de perspectivas que abranja também, de forma interseccional, as relações geográficas com as questões históricas que abarcam em si as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e raciais. Buscamos compreender como a população negra se territorializa na Colômbia de forma multidimensional junto às relações materiais, mas também simbólicas, já que como nos mostra Haesbaert (2009, p. 74. BRAGA, 2013, p. 17) “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-política ao poder das relações de ordem mais estritamente culturais”.

Do território se derivam outros conceitos importantes para a compreensão dos processos geo-gráficos da população negra colombiana nesta presente dissertação, como por exemplo, territorialização e territorialidade:

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações mantenedoras do território que produzem ações próprias ou apropriadas (FERNANDES, 2005, p. 29 apud BRAGA, 2013, p. 18).

Mas precisamente, a territorialização além de ser apropriação social de um fragmento do espaço através das relações sociais, também está ligada com as relações de regras e normas, assim como das condições naturais, do trabalho, das redes (de circulação e comunicação) e outros fatores, como as conflitualidades que estão completamente ligadas “as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados” (SAQUET, 2015, p. 39).

Na maioria das vezes, os territórios ditos periféricos são analisados pelas dinâmicas das territorializações dominantes, como se não houvesse outras formas de territorialidades. Por isso a importância de se estudar e caracterizar bem esse conceito, pois como nos mostra Braga (2013, p.18) através da territorialidade, para além da concepção política, é possível compreender como um corpo se coloca e se relaciona com o espaço, pois está “intimamente ligado ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p. 6676), ou seja, as territorialidades servem também como estratégica e componente de poder, mas não está ligada exatamente com criar e manter poder, mas sim com a criação de formas e significados de vivenciar e (re)existir no mundo.

A partir destas perspectivas, este trabalho buscará compreender que as territorialidades negras colombianas, para além da violência racial que essa população sofre dentro de seu próprio país, e que muitas vezes é causada pelo próprio Estado, buscaremos refletir como essas populações (re)existem em seu território. Por isso que para compreender as territorialidades podemos olhar para o que Saquet (2015, p. 33) veio a caracterizar como também temporalidades vividas, percebidas e compreendidas de formas distintas, ou seja, são substantivadas por relações, heterogeneidades, superposições, interações, conflitualidades, movimentos e linguagens, assim “quando vivemos relações, processos e características comuns substantivos elementos identitários em meio à miríade de territorialidades”. Com isso, as territorialidades, sejam elas econômicas, políticas e culturais, são:

Simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espácio-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, a sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo (SAQUET, 2015, p. 45).

Essa citação serve também para reafirmar o que o livro de Haesbaert “O mito da Desterritorialização: Do ‘Fim dos Territórios’ à Multiterritorialidade” (2004) tratou sobre o dilema que, como nos mostra Braga (2013, p. 18), sempre permeou a geografia em relação aos movimentos territoriais ligados ao fato de que seria ou não possível “o fim ou desaparecimento do território para um determinado grupo social, ou melhor, se estes movimentos seriam capazes, com os processos de territorialização, vivenciar uma desterritorialização de suas realidades”. Adotar a concepção de que existe o desaparecimento de territórios negros na Colômbia, seria, basicamente, deslegitimar a luta histórica-geográfica dessa população no país, por isso reafirmamos o que Haesbaert (2009 apud BRAGA, 2013, p. 19) veio a chamar de “mito da desterritorialização” ao caracterizar o processo constante e iminente de multiplateritorialização no que diz respeito às relações dos sujeitos que dão vida e resistência ao território, onde a territorialização está ligada a

Multiplicidade que inclui, sem dúvida, o movimento indissociável de criação e destruição de ordem e desordem que envolve o processo aqui denominado territorialização e desterritorialização. Desse ponto de vista [...] como processo distinto, dissociável a territorialização não existe. (HAESBAERT, 2009, p.365 apud BRAGA, 2013, p. 19).

Existem diferentes formas de apropriação que resultam num processo de hierarquização do território, devido ao fato de nele conter diversos conflitos de poder que produz e reproduz os grupos hegemônicos. No caso da nossa análise, usaremos perspectivas do debate racial através de um olhar social para compreender como o racismo promoveu geo-grafias e através do conceito território buscar reflexões que seja possível entender as relações raciais na Colômbia, já que a territorialização, como nos mostra Braga (BRAGA, 2013, p. 19) faz parte de processo de movimento dinâmico constante do espaço e dialoga com as múltiplas características que envolvem o negro na sociedade e, que no nosso caso, faz com que os negros colombianos estejam espacializados em determinados locais do país. Por essa razão, utilizaremos preferencialmente o termo “geo”-grafias” ao invés de “geografia” no presente texto, por ir ao encontro com o que Porto-Gonçalves veio a refletir no seu texto “Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”, ao argumentar sobre a importância de pensarmos o território por meio das territorialidades, como conceito para a compreensão de complexos processos, já que

Uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje diz respeito, exatamente, às novas grafias na terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos

protagonistas que está em jogo. Assim, se impõe de imediato, a necessidade de des-substantivar o espaço geográfico posto que, quase sempre, é visto como uma realidade objetiva exterior à sociedade (2002, p. 229).

Por isso, que usaremos também o conceito de Diáspora para falar da população negra colombiana, pois esse conceito não se trata apenas de um deslocamento físico, como nos mostra Reis (2011, p.1), mas sim de uma concepção de mundo onde os “deslocamentos e de desterritorializações que muda e amplia a própria noção de afastamento geográfico”, pois tem ligação também com um tipo de consciência, um modo de cultural, ou seja, ser e estar no mundo que transcende fronteiras materiais, por se tratar de questões simbólicas que envolvem uma consciência identitária que desconstrói modelos fixos de identidade cultural (HALL, 2003. APUD, REIS, 2011, p. 1).

É por isso também que para Gilroy (2001) a diáspora se apresenta como lar fluído, ou seja, como um processo de desterritorialização que estabelece a posição de “entre-lugar” no qual o sujeito diaspórico africano se reconstrói enquanto identidade, visto que não é mais somente africano, mas também não inteiramente do “outro lugar” tornando-se, portanto, um duplo (REIS, 2011, p.1).

Como nos mostra Hintzen (2007, p. 53) a identidade Diáspora está ligada ao pertencimento a diferentes localidades, mais precisamente, “a identidade diaspórica é uma resposta à noção de pertencimento, baseada em ideais/ideias/ideários de nação dos quais sujeitos diaspóricos são excluídos, da qual cria solidariedades entre geografias fragmentadas” (HINTZEN, 2007, p. 53). Como afirma o autor, muitas vezes esse termo pode ser polissêmico, ambíguo, essencialista e até mesmo contraditório dependendo do contexto e da forma como é utilizado. Porém no que diz respeito a esse trabalho, utilizamos a concepção de diáspora como resposta à Geografia da localização social, política, cultural e como forma de resistência:

A consciência diaspórica emergiu como condição necessária à acomodação em espaços particulares da nação, daqueles que tiveram negados seus direitos ao pertencimento nacional, ou cujo seus direitos foram cerceados e comprometidos (HINTZEN, 2007, p. 55).

O fato é que a identidade diaspórica africana foi historicamente produzida através da escravidão, por deslocar violentamente e forçadamente populações de diferentes localidades do continente africano para países coloniais, onde até os dias atuais se encontra bem demarcado e racializado quem pode reivindicar o direito de pertencimento ao Estado. Por isso

a importância dessa ideia de diáspora, já que ela conecta pessoas com descendência Africana dentro de um país e/ou até mesmo através de uma concepção global de familiaridade racial (HINTZEN, 2007, p. 60). Como aconteceu em outros países, assim também como na Colômbia, foi esse sentimento um dos caminhos que ajudou a criar várias alianças políticas entre as populações negras e que fortaleceu a luta contra o racismo, exclusividade e privilégio dos brancos em suas sociedades. Por isso, utilizamos a concepção de identidade diaspórica que foi construída através da história coletiva dos afrodescendentes, como forma de política cultural da diferença em resposta à exclusão racial no contexto nacional colombiano.

Ligar a ideia de diáspora africana com território é uma forma também de revelar espacialidades dos negros na Colômbia, já que ao longo dos anos, pautados sobre a ideia de “nación mestiza”, ou melhor, mestiçagem, como veremos no próximo capítulo, foram invisibilizados. Representações e a imagem do território, assim como leituras da história, distorceram a realidade e invisibilizaram tanto a presença dessa população, quanto as lutas e as suas reivindicações, assim como aconteceu em outras localidades na América Latina onde existe a presença do negro (GATES JR, 2014). Portanto, reafirmamos que buscar compreender as territorialidades através de uma perspectiva diaspórica sobre a população negra seja de extrema importância, para que não caiamos em uma ideia parcial e unidimensional dos processos históricos e geográficos, pois junto à diáspora negra existe também uma rede de comunicação específica, ou rede de redes específicas, como por exemplo, a luta antirracista, que constrói um espaço transnacional onde atuam os sujeitos sociais ligados a uma experiência particular. Aqui não se trata de afirmar uma perspectiva essencialista, mas de reconhecer uma história específica e também sobre a luta pela equidade e pelo direito a diferença (COSTA, 2006, p. 125 apud REIS, 2012, p. 37), pois todas as questões levantadas neste trabalho têm relação também com os efeitos do racismo que está presente em processos geográficos e históricos bem determinados. Portanto, é a partir deste arcabouço teórico-metodológico que vamos refletir sobre as múltiplas territorialidades negras na Colômbia.

2.2. Relações raciais: A dupla consciência e a linha de cor

Sobre os efeitos do racismo, há décadas que muitos autores, principalmente aqueles ligados aos movimentos negros, já buscavam decifrar de forma crítica e não folclórica, quais seriam os próximos embates da sociedade ligados às questões raciais nas

Américas. Um dos autores mais importantes foi o W.E.B. Du Bois (1990 apud RODRIGUES, 2014, p. 38), que há mais de um século lançava seu livro “The Souls of Black Folk” que traduzido para o português veio a se chamar “Alma de gente Negra”. O autor discorre sobre duas ideias centrais ligadas às questões raciais nos Estados Unidos que se mostrariam depois ao decorrer das décadas, como formas de compreensões sobre o mundo também para os demais descendentes dos africanos espalhados pelos países da América Latina (DUBOIS, 1990 [1903]; GILROY, 1993 apud RODRIGUES, 2014, p. 38), por apresentar o fato de que os negros que viviam na diáspora teriam que viver sob uma dupla consciência, onde junto a isso, o problema central do século XX seria o da linha de cor.

Para Du Bois, a dupla consciência está ligada a uma forma específica de dissociação da identidade negra, já que as populações negras encontram-se inseridas em formas ambíguas das sociedades ocidentais, pois apesar de participarem do processo de formação dessas sociedades, são sistematicamente e estruturalmente mantidos à margem das esferas políticas dos respectivos estados nacionais das quais estão integrados. Como descreve Gilroy (1993 apud RODRIGUES, 2014, p. 37), essa ambiguidade faz surgir diversos conflitos ligados a questões raciais, por ser ela um meio de produzir diversas desigualdades. A dupla-consciência faz com que a população negra tenha que viver através da experiência de ser, ao mesmo tempo, negro e colombiano. Para Gilroy (1993 apud RODRIGUES, 2014, p. 37), mesmo que as populações negras adotem uma ou as duas identidades inacabadas, não significa necessariamente que esse processo de disjunção identitária chegue ao fim.

[...] Onde os discursos racistas, nacionalistas ou etnicamente absolutistas orquestram relações políticas de modo que essas identidades pareçam ser mutuamente exclusivas, ocupar o espaço entre elas ou tentar demonstrar sua continuidade tem sido encarado como um ato provocador ou mesmo opositor de insubordinação política (GILROY, 1993, p. 01 apud RODRIGUES, 2014, p. 37).

Por isso, compreender o conceito da dupla-consciência de Du Bois, interpretado para os dias de hoje através do Gilroy expresso na metáfora do Atlântico Negro, nos faz refletir também sobre o Pacífico Negro, pois ele nos traz subsídios para compreender e refletir sobre a política que conecta as lutas antirracistas e antiessencialistas.

No que diz respeito à teoria de Du Bois sobre a linha de cor como sendo um dos problemas centrais do século XX, o autor nos antecipa muitas reflexões acerca de como o racismo viria a se configurar até os dias de hoje na sociedade, o que nos ajuda a buscar reflexões também sobre as estruturas, assim como sobre as influências das relações raciais

nas configurações das multiterritorialidades da população negra na Colômbia. Rodrigues (2014, p. 38) nos traz algumas dessas reflexões sobre o contexto da população negra colombiana, assim como da população negra brasileira no que diz a teoria da linha de cor:

Como podem os estados nacionais responder a demandas de crescente pluralização de interesses sociais sem, contudo, perderem o seu papel de promotores da coesão social? Seguindo os passos de Du Bois, entendo que, para as sociedades multiculturais, como a brasileira e a colombiana, questões relativas à diversidade étnica, racial e cultural são dimensões inescapáveis da esfera pública contemporânea. E mais: sendo racismo um aspecto central da vida política de tais sociedades, a luta por justiça e inclusão social de grupos minoritários levanta importantes questões para a teoria social e política acerca do que significa ser concidadão de pessoas vistas radicalmente como o "outro" e sobre quais obrigações políticas se estenderiam por todo o espectro da linha da diferença.

Outro aspecto importante para compreender o conceito de linha de cor está ligada a forma como está grafada na divisão mundial do trabalho, já que devido às desigualdades sociais a população negra é barrada na mobilidade social. Numa sociedade capitalista há ricos e pobres, classes de patrões e classes de empregados, onde a linha de cor perpetua ao marcar as diferenças e intersecção entre classe e raça, já que há uma diferença histórica e geográfica bem demarcada entre brancos e negros (GOMES, 2009).

Com isso, trazer novas contribuições reflexivas sobre como buscar a emancipação se trata de pautas importantes, seja em níveis nacionais e transnacionais, que se articulem com reivindicações ligadas à igualdade racial e justiça social levando em consideração as demandas pelo reconhecimento da diferença cultura (HALL, 2003; COSTA, 2006 apud RODRIGUES, 2014, p. 37). Através dessas perspectivas, no discorrer da pesquisa buscaremos trazer reflexões sobre a questão racial no item abaixo.

2.3. Raça e a Colonialidade do Poder/Saber

Como cita Santos (2002, p. 14) “Para apreender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou”. Por isso, enfatizamos o quanto é importante o papel da geografia para nos ajudar a compreender o máximo de dimensões espaciais possíveis sobre as relações raciais no Pacífico Negro colombiano e toda sua complexidade, pois devido ao fato da raça ser usada historicamente como um construto social que classifica, ordena e regula comportamentos

sociais, a “raça” além de grafar o espaço, constitui-se no espaço e com o espaço (SANTOS, 2012, p. 38).

Enfatizamos aqui que independente do debate sobre raça entorno das ciências biológicas, ela foi e continua sendo usada como uma categoria social artificial e crucial na construção de sistemas de hierarquia, exploração e dominação em diferentes escalas no período histórico denominado de modernidade. Para além disso, os sistemas baseados na concepção de raça são ainda muito atuais e fundamentais para a manutenção do sistema capitalista, por isso, compreender a fluidez e a maleabilidade desta categoria e forma como ela é usada para regular as relações sociais, nos mostra que raça não é usada para compor sistemas de posições fixas nas interações sociais, pelo contrário, ela emerge e é mobilizada de acordo com os interesses que atravessam as construções espaçotemporais das sociedades atuais (SANTOS, 2007, p. 16).

Como nos mostra Quijano (2005, p. 117) a raça é um critério básico de classificação da população mundial usada como construção mental que expressa a experiência básica ligada à dominação colônia, mas que desde então permeia as dimensões do poder mundial. Com isso, invariavelmente, segundo Clóvis Moura (1994, p.1) “somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente”. Como afirma Santos, a concepção de raça foi

Sustentada (durante um tempo) ou superada (mais recentemente) pelo saber do campo da biologia, é sua pertinência social em projetos de poder que sustenta sua permanência, a despeito de ter ou não ter lastro em saberes científicos. É neste sentido que, mesmo com a negação da pertinência de diferenças biológicas entre seres humanos que permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social (2012, p. 38 e 39).

Dentro disso, a nossa concepção sobre como a ideia de raça permeia a sociedade, vai ao encontro do que muitos autores (GROSFOGUEL, 2010; QUIJANO, 2007, 2010 apud SANTOS, 2012, p. 40) vieram a chamar de extensão da “colonialidade”, através das ideias do poder e do saber. Para tais autores, a modernidade se estabeleceu como padrão universal juntamente como uma das ramificações da colonialidade. Porém, se trata de uma visão sobre o mundo que se difere da colonização, por não ter uma administração colonial.

A colonialidade é um padrão de poder que articula diversas dimensões da existência social, trabalho, subjetividade, autoridade, sexualidade, cultura,

identidade, entre outras, são todas dimensões constituintes das experiências sociais de indivíduos e grupos, e são constitutivas de um pacote de múltiplas relações de poder que, imbricadas, servem à “colonialidade”. Esta se vale, portanto, de hierarquias sexuais, políticas, epistêmicas, econômicas, espirituais, linguísticas e raciais de dominação, operando em diversas escalas, desde a global até as interações entre dois indivíduos (SANTOS, 2012, p. 40).

Por isso reafirmamos que a colonialidade, como é vista por esses autores, foi e continua sendo base da configuração do sistema do mundo capitalista, assim como sua afirmação ao longo da história. Segundo Grosfoguel (2010. Apud, SANTOS, p. 40) o capitalismo se constitui e se afirma no mundo através de relações de dominação, exploração e de hierarquizações de estruturas impostas, como por exemplo, hierarquia de classe, divisão internacional do trabalho entre centro e periferia, um sistema interestatal de organizações político-militares, uma hierarquia étnico-racial global de privilégios, uma hierarquia de gênero que coloca os homens acima das mulheres e desqualifica homossexuais frente a heterossexuais; uma hierarquia espiritual que coloca os cristãos acima dos não cristãos; uma hierarquia epistêmica que coloca os conhecimentos ocidentais sobre os que não são ocidentais; uma hierarquia linguística que privilegia as línguas europeias e, também, a comunicação e a produção de conhecimento delas, enquanto as outras produzem folclore, e etc. Todos esses exemplos foram demonstrados por Santos (2012, p. 40):

Essas hierarquias estruturam as experiências de dominação e exploração que organizam as trajetórias desiguais de indivíduos e grupos nos diferentes contextos do capitalismo. Não há, portanto, hierarquia entre hierarquias – todas elas são princípios ordenadores de relações sociais fundamentais para o capitalismo no mundo. Partindo disso, nossos esforços devem orientar-se para a compreensão das combinações e superposições de hierarquias definindo múltiplos eixos de subalternização e discriminação de indivíduos e grupos (SANTOS, 2012, p.42).

As relações raciais, para além da complexidade da racialidade, nos faz refletir também sobre “uma classificação de contextos onde este princípio de hierarquização social (a raça) é mobilizado ou não é” (SANTOS, 2012, p.44). Como por exemplo, fazer uma releitura das relações raciais a partir da sua espacialidade ao relacionar esses “espaços” como na verdade, sendo “contextos de interação”.

Há na nossa sociedade um complexo padrão de relações raciais que mistura, no cotidiano das relações sociais, momentos onde há interações marcadas por horizontalidade, integração e igualdade entre brancos e negros e, ao mesmo tempo, outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que

são transformadas em desvantagens, ou vantagens desiguais entre esses grupos [...] Essa organização espaço-temporal das relações sociais delinea que, nos momentos e lugares em que se define o acesso às riquezas que a sociedade produz (acesso à educação, emprego, saúde, conhecimento e seus instrumentos de produção, posições de poder, etc.), as diferenças raciais são mobilizadas na forma de verticalidades e hierarquias, assim produzindo e reproduzindo inequivocamente desigualdades raciais (SANTOS, 2012, p. 44).

As desigualdades sociais e de oportunidades que permeiam as condições gerais das populações negras continuam sendo vistas como tabus e pautadas por muitos meios acadêmicos de forma simplistas, mesmo sendo temas com problemas tão profundos e de extensão com grande grau de complexidade (SILVA, 2017, p. 42). Por isso que refletir sobre as “fronteiras invisíveis” criadas pela colonialidade do poder e suas espacialidades faz com que se defina o que é aceitável e pertencente:

Na verdade, campos de possibilidades e limites, cujo aprendizado é crucial para a reprodução social desta ordem. Afinal, são constructos ideológicos inculcados em indivíduos e grupos que permitem esta reprodução – expressões da colonialidade do ser nas relações sociais. Por outro lado, diferentes formas de luta antirracismo disputam significações e construções identitárias e, um dos instrumentos é a criação de espaços de valorização dos indivíduos subalternizados, contextos em que eles serão alçados a posições superiores. Alguns desses são (re)produzidos como espaços de valorização de negritude, com sentido cultural e político (SANTOS, 2012, p.58 e 59)

Por fim, enfatizamos a necessidade de refletir as relações sociais através das concepções discutidas, com o intuito de buscar reflexões voltadas para o espaço, trazendo a dimensão da vida social dos negros no contexto da população negra colombiana, por acreditar que a dimensão de luta contra o racismo se trata de uma “luta contra o sistema de exploração/dominação/ conflito baseado em raça. Tal perspectiva está ligada a múltiplas lutas que configuram o que Santos (2012, p. 44) chama de múltiplas dimensões, como por exemplo, corporeidade, de religião, cultura, etc., ou seja, a luta do movimento negro colombiano constituem espacializações e territorialidades que se dialogam entre si, como veremos ao decorrer do texto.

3. O Pacífico Negro Colombiano

3.1. Localização e o olhar crítico sobre os dados estatísticos

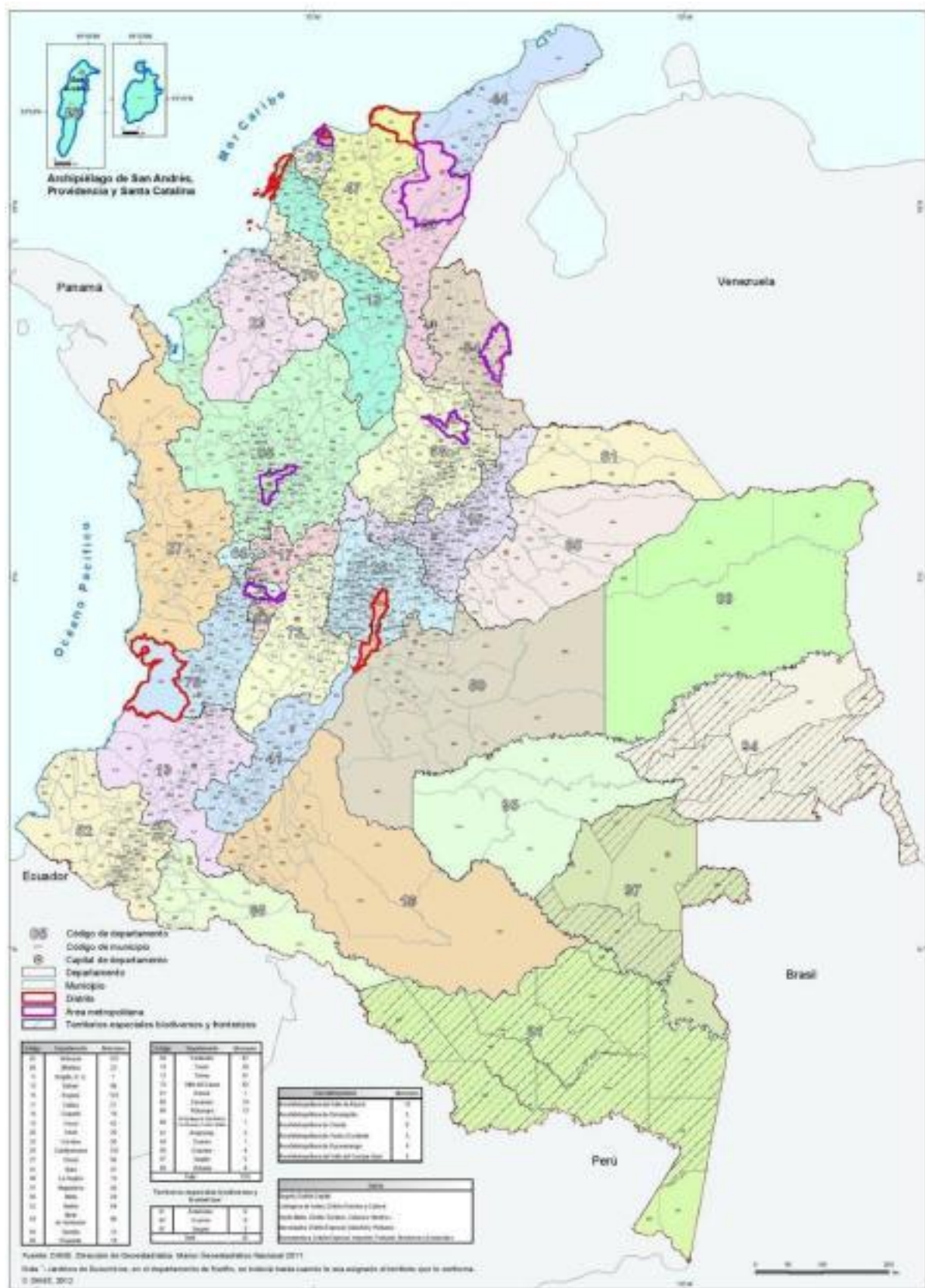
A Colômbia é uma república constitucional localizada no noroeste da América do Sul que contem 33 departamentos (Estados) e divide fronteira com Panamá, Venezuela, Equador, Peru e Brasil. Sua extensão territorial é de 1.138.914 km², da qual se encontra banhado tanto pelo Oceano Pacífico a oeste, quanto pelo Oceano Atlântico ao norte. O país encontra-se dividido em cinco regiões: Caribe, Andina, Pacífico, Orinoquía e Amazonas. Dentre essas regiões, a que tem a maior porcentagem de afro-colombianos é o Pacífico, que se encontra na faixa de terras baixas, as quais abrigam florestas e regiões pantanosas. Ela se estende de Norte a Sul e situa-se entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Pacífico (MENDES, 2014, p. 54, 55 e 56).

Mapa 1. Localização Geográfica da Colômbia



Fonte: DANE, Dirección de Geoestadística, 2018.

Mapa 2. División político-administrativa da Colômbia realizada em 2011

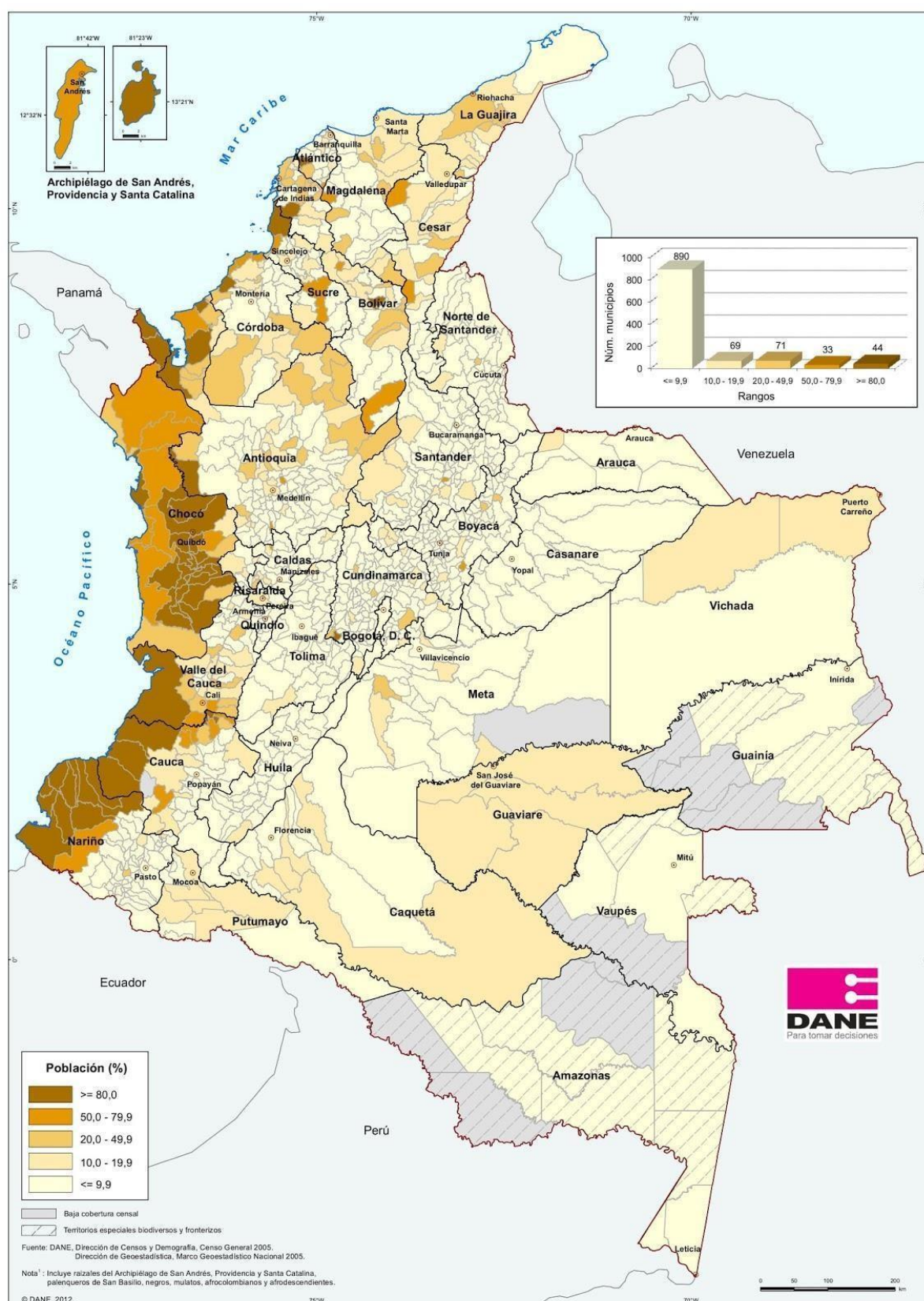


De acordo com o site do Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE, 2018) a população total colombiana estava estimada em 49.563.519 milhões pessoas em 2017. Segundo o censo nacional realizado em 2005, estima-se que

Los afrocolombianos (con pertenencia étnica negra, palenquera y raizal) son el grupo étnico más numeroso del país con una población autorreconocida de 4.311.757 personas, es decir el 10,6 % de la población total. Los departamentos con mayor población afrocolombiana son: Chocó con 82,1 %, seguido por San Andrés con 57,0 %, Bolívar con 27,6 %, Valle del Cauca con 27,2 %, Cauca con 22,2 %, Nariño con 18,8 %. Es importante resaltar que en todos los departamentos del país hubo población que se reconoce como afrocolombiana. Algunos de ellos se ubican en cabeceras municipales o ciudades; encontrándose que Bogotá, D. C. y departamentos como Antioquia, Atlántico, Córdoba, Sucre, Magdalena y Cesar tienen población afrocolombiana importante (entre el 10,0 % y el 16,6 %), (DANE, 2018).

Com isso, podemos dizer que, nesse censo foi possível evidenciar que a região do Pacífico, mais precisamente, os departamentos (Estados) de Chocó, Nariño e Valle del Cauca (ver imagem 3) tem municípios (cidades) contendo uma porcentagem superior de 80% de população que se autorreconhece como afrodescendente, como por exemplo, os municípios de Quibdó, Tumaco, Buenaventura e Turbo.

Mapa 3. Mapa da População que se autorreconhece como Afrocolombiana, segundo o censo 2005



Fonte: DANE, Dirección de Geoestadística, 2018.

Como nos mostra os estudos realizados por Pedro Vítor Gadelha Mendes (2014), a população negra na Colômbia tem um passado compartilhado de exclusão que se deu por conta do racismo estrutural e institucional que essa população passou e continua passando, de formas e em contextos diferentes, mas que por consequência fez com que até os dias de hoje a maioria esteja em uma situação de vida precária, assim como nos apontam os indicadores e estatísticas sociais do país.

É importante enfatizar que existem diferentes formas de como os negros colombianos se auto afirmam, como é demonstrado pelas identificações étnico-raciais por região:

Entre as muitas identidades consideradas afro-colombianas, cabe destacar os *raizales* e *palenqueros*, por remeterem a um contexto mais específico colombiano. Os *raizales* em geral habitam o arquipélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina, possuindo uma identidade caribenha insular com cultura e língua distintas dos afrodescendentes do continente, pois falam inglês e, em geral, são da religião protestante. Os *palenqueros* situam-se na ambiguidade de uma organização social ressignificada. Estão conectados aos *Palenque* no seu sentido histórico de comunidade onde escravizados em fuga se uniam, mas também implicados no presente com formas de organização e luta por direitos étnicos (OSLENDER, 2008 apud DA SILVA, 2012 apud MENDES, 2014, p. 55).

Já em relação à forma como a agência censitária colombiana realiza as classificações raciais é importante que haja um olhar atento e crítico, pois como nos mostra Bejarano (2010, p.53), mesmo através de muita luta dos movimentos negros colombianos, só foi a partir de 1998 que o DANE passou a adotar novos métodos com intuito de obter informação que possibilitasse conhecer as principais características básicas das populações negras e assim comprovar e pôr em evidência a desigualdade social e racial existente.

Os diferentes métodos e classificações provadas para medir população negra têm explicação no diálogo estabelecido entre o DANE e representantes do movimento negro. A partir dos resultados do censo de 1993, diferentes organizações vêm pressionando o DANE para serem inseridos no debate sobre a pergunta étnicorracial, criando-se, a partir do ano 2000, espaços institucionalizados de diálogo (BEJARANO, 2010, p. 55).

O censo realizado em 2005 adotou uma nova metodologia que proporcionou ao movimento negro avaliar os resultados por região, porém durante todo o processo foi necessário pressionar o DANE com o intuito de que os acordos propostos pelos movimentos negros fossem cumpridos. Com isso, o censo estabeleceu, como já mencionamos, que o total da população negra representa 10,6% do total nacional, muito distante do total contabilizado dos anos anteriores (1,5%, em 1993 e 26% em 1998), dados que contêm diferenças de

porcentagem muito distantes um do outro. Por isso que, desde então, os movimentos negros e acadêmicos tem discutido a validade desta informação, assim como de outras obtidas no censo, argumentando que as categorias utilizadas não foram suficientes para contabilizar “a diversidade de formas de autotransclassificação existentes na Colômbia, e que o não cumprimento dos acordos impediu uma ação coordenada entre o DANE e as organizações negras em áreas sensíveis como a promoção da auto identificação negra” (PCN, 2006 apud BEJARANO, 2010, p. 57). Contudo, foi nesse censo que, pela primeira vez, a Colômbia foi intitulada como sendo um país diverso étnica e multiculturalmente.

Assim, como foi possível observar em outras pesquisas sobre os negros na Colômbia, muitos pesquisadores tiveram dificuldade de saber quais dados eram de fato confiáveis, já que, como nos mostra Mendes (2014, p. 26 e 27), anterior ao censo de 2005, existe uma escassez de informações sobre a população afrodescendente na Colômbia e muitos dados são contraditórios. Com isso, refletimos ao longo da realização deste trabalho sobre a importância de ter bastante atenção na escolha de quais dados seriam utilizados, ainda mais levando em consideração que o censo muitas vezes é utilizado como linguagem que reproduz desigualdades e categorias hegemônicas. Por isso acreditamos que dentro disso se deva adotar “uma perspectiva descolonizadora do saber, crítica que nos permite enxergar a subjetividade em processos vistos ainda como ‘objetivos’, ‘neutros’ ou ‘imparciais’” (MENDES, 2014, p. 27).

A coleta de dados estatísticos por parte de um governo na maioria das vezes não trabalha com categorias já fornecidas ou reivindicadas pelos movimentos negros sobre sua própria realidade, mas sim por categorias construídas a partir de pressupostos ideológicos e funções que interferem na relação da população com os processos políticos, reafirmando e reproduzindo as fronteiras que separam os grupos que compõem este contingente, como nos mostra Cházaro (2001 apud, MENDES, 2014, p. 27), já que “a estatística não fornece apenas medidas, mas identidades à população, combinando a autoridade da precisão numérica com valores políticos e morais do período”. Com isso, compreender o censo de um país é entender também o que o Estado entende por raça e “como essas identidades são mantidas, atualizadas e legitimadas, enumerando e quantificando as populações que este Estado tornou ‘legível à sociedade’ (MENDES, 2014, p. 27).

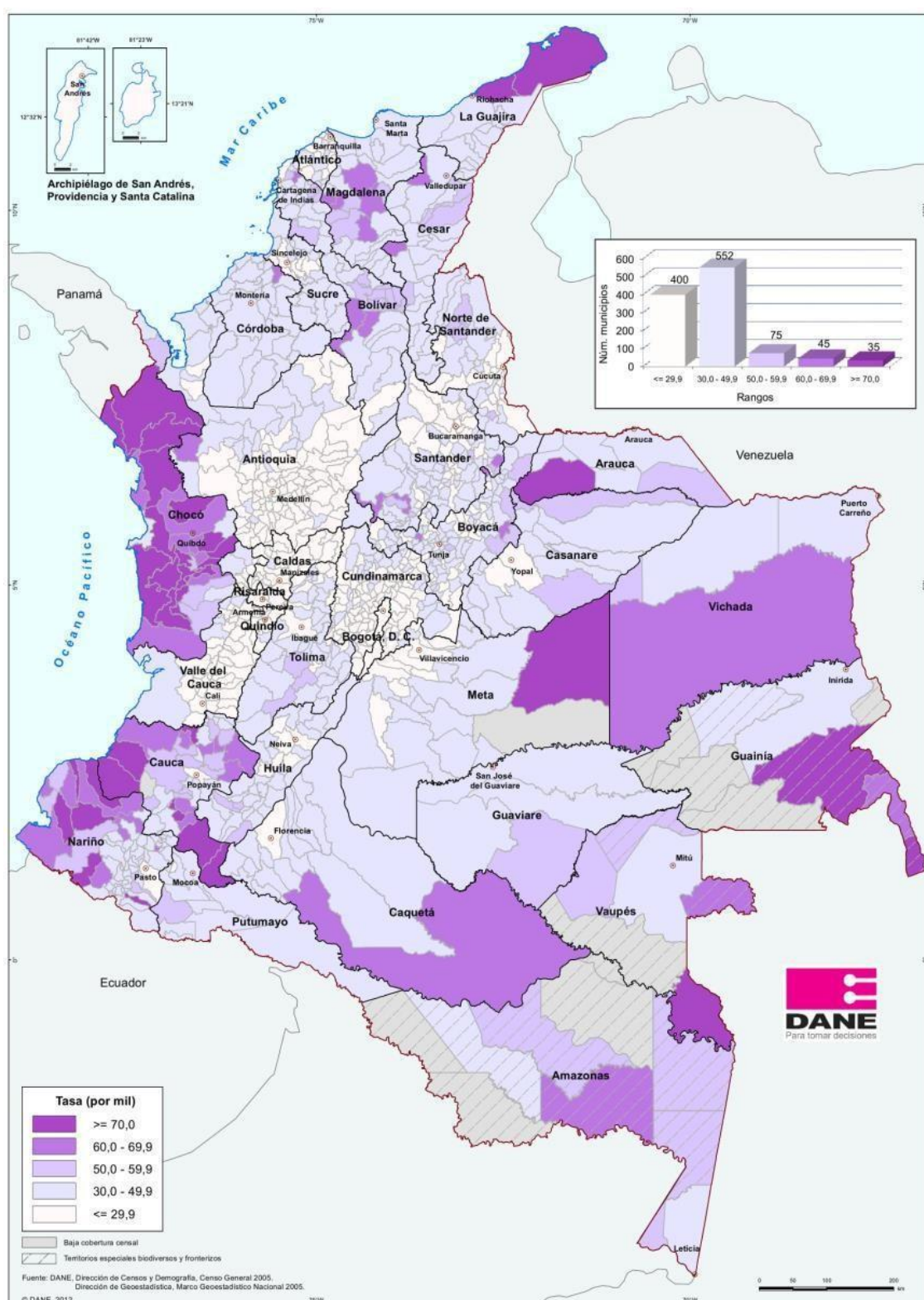
Por outro lado e para além desses conflitos, os dados levantados pelo censo de 2005 evidenciam as desigualdades entre os afrocolombianos ao comparar os dados de seus indicadores com o resto da população (DANE, 2005 apud Ministerio de Cultura, 2010). Por isso enfatizamos, a importância de dados referente às questões raciais para a luta contra as

desigualdades existentes no país, principalmente pelo fato de que eles podem evidenciar o quanto a desigualdade social esta diretamente ligada com uma desigualdade racial. Como por exemplo:

- Analfabetismo: População afrocolombiana: 11,7%, resto da população 7,0%.
- Indicativo de pobreza: População afrocolombiana 9,5%, resto da população 7,4%;
- A taxa de desemprego: População afrocolombiana 6,3%, resto da população 3,4%;
- Taxa de migração devido à violência: População afrocolombiana 6,8%, resto da população 3,7%;
- Mortalidade infantil: População afrocolombiana é de 23,5%, do resto da população 16,6%.

No que diz respeito à mortalidade infantil, o departamento de Chocó, que é um onde tem a maioria da população negra, em número quantitativo encontra-se com um dos índices mais altos do país, como é possível visualizar no mapa abaixo (DANE, 2018):

Mapa 4. Mapa de Mortalidad Infantil, segundo censo de 2005



Fonte: DANE, 2018.

De forma geral, todos os indicadores demonstram os efeitos da desigualdade socioespacial que atinge, profundamente, a população negra da Colômbia. Além disso, o censo de 2005 demonstra também o fenômeno migratório da população afrocolombiana dos territórios tradicionais para as grandes cidades em busca de melhores oportunidades, onde entre os anos de 1996 a 2002 registrou-se uma intensa migração em locais com alto índice de população afrocolombiana, em relação aos outros locais (Secretaria da educação, 2010, p. 6).

É importante não perder de vista que se esses dados foram usados como forma de expor as desigualdades, isso se deu principalmente devido a muita luta dos movimentos negros colombianos que continuam lutando para que novos dados sejam coletados, com o intuito de mapear a distribuição socioespacial dos negros no País, a fim de que isso seja usado como instrumento de reconhecimento e de luta por reparações históricas.

3.2. Perspectivas Geo-históricas: da diáspora forçada ao Pacífico Negro

Para que possamos compreender as desigualdades sociais e raciais dos dados anteriores, é fundamental entender o processo a formação territorial colombiana. A colonização da América Latina sempre esteve ligada à exploração dos territórios, no qual o intuito dos colonizadores era enriquecer as Coroas Portuguesa e Espanhola. Através disso houve exploração e genocídio de muito dos nativos, assim como dos africanos que foram arrancados de seu continente e trazidos à força para as Américas. Estima-se que entre os séculos XVI e XIX, foram traficados e escravizados mais de nove milhões de pessoas africanas, entre eles mulheres, crianças e homens (KOK, 1997 apud NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 2). Foi deste modo que se construiu uma diáspora africana forçada na América Latina que, de acordo com o Professor de Sociologia e Ciências Políticas da Universidad Nacional de Colombia, Maguemati Wabgou:

[...] ha ido consolidándose a lo largo del tiempo (historia) en espacios latinoamericanos; Brasil y Colombia representan los territorios latinoamericanos con mayor población negra de América Latina. [...] a Colombia en el tercer país con mayor población negra en América, después de Brasil y Estados Unidos (2008, p. 331).

Já em relação à Colômbia, foi no Pacífico e Caribe colombiano, mais precisamente nos estados de Cauca, Antioquia, Chocó e Bolívar, que se concentrou a maior parte da

população negra que foi escravizada (WABGOU, 2008, p. 335). É importante destacar que, se durante a escravidão estes milhões de africanos que viveram em um período cruel de exploração e genocídio, para seus descendentes não foi muito diferente no pós-escravidão, já que foram mais de três séculos e meio de escravidão que trouxeram consequências até os dias de hoje, principalmente no que diz respeito à forma como ainda continua se estruturando a sociedade: “A história não nega essa triste realidade e aponta para um quadro passado e presente de subjugação, desigualdade, exclusão e anulação do negro e da cultura negra” (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 2).

A autora Mayara Buvinić (2004 apud NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 3) ao falar da inclusão social na América Latina, nos mostra que a exclusão social está dada na história e na geografia de maneira singular, já que se deu por consequência da exploração colonial, em que a invisibilidade, a pobreza e a discriminação são consequência e característica das populações que foram historicamente excluídas. Além do contexto colombiano, podemos citar o caso do Brasil, pois apesar dos discursos oficiais dos dois serem distintos, a população negra nos dois países sempre esteve submetida a formas perversas de racismo e exclusão social. No contexto brasileiro a população negra foi teoricamente “incluída” sob o mito brasileiro da democracia racial idealizado por Gilberto Freyre, pelo qual se difundia a ideia de país sem racismo. Do outro lado, na Colômbia a invisibilidade da população negra girou em torno da ideologia da *nación mestiza*, que junto à ideologia da mestiçagem criou uma falsa ideia de integração entre indígenas e europeus, mas que excluía a população negra (RODRIGUES, 2014, p. 20 apud NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 3).

Para compreender melhor quais eram as ideias que deram base para a criação da *nación mestiza*, é importante entender primeiro o contexto da construção nacional colombiana que se formou entre as décadas de 1860 e 1910 através das elites brancas que estavam ligadas à política, à literatura, à ciência, à medicina e intelectualidades e outras áreas, já que foram elas que construíram a ideia de *colombianidade* por influência do modelo de modernidade europeia. Como nos mostra Marcio André de Oliveira dos Santos (2014, p. 38) em seu estudo sobre a formação racial, de nação e mestiçagem na Colômbia, há diversas similaridades com o contexto brasileiro das últimas décadas do século XIX, principalmente com relação à mentalidade das elites brancas que acreditavam, veementemente, que um dos caminhos para a modernidade seria embranquecer a população através de práticas institucionais racistas e genocidas que foram adotadas pelo Estado, tanto colombiano quanto brasileiro.

Assim como no caso brasileiro, para legitimar o discurso racista e genocida criaram-se representações da população negra colombiana ligada às ideias de selvagens, preguiçosos, ignorantes, bárbaros e outras representações estereotipadas e animalizadas que eram encaradas como entraves para o progresso e modernização da Colômbia. Foi a partir daí que se constituiu uma ideia de *colombianidade*, que através de uma perspectiva de ideologia nacional

[...] pressupunha investimentos específicos em políticas raciais racistas de caráter eugênico visando uma sistemática seletividade racial de seu povo por meio do incentivo à importação de trabalhadores europeus brancos, vistos como racialmente superiores. Embranquecer o estoque racial da população colombiana tinha um duplo significado: primeiro, frear drasticamente o quantitativo de negros, mestiços e indígenas (as chamadas “raças inferiores e degeneradas”, de acordo com os postulados racistas em voga nos meios intelectuais) e, segundo, impulsionar os valores do ‘progresso’ e da ‘civilização’ (SANTOS, 2014, p. 37 e 38).

Os intelectuais e políticos da época criaram à falsa ideia de *nación mestiza* (RODRIGUES, 2014) que estava ligado a mestiçagem em busca da modernidade, que principalmente nesse contexto significava embranquecer a população. Assim

[...] a mestiçagem foi transformada em mecanismo de controle e eliminação da herança africana no país. O incentivo a mistura entre as ‘raças’ seria a via mais racional e lógica para criar no futuro uma nação racialmente homogênea, uniforme e europeizada ao máximo, cujo predomínio fenotípico deveria ser, necessariamente, branco (SANTOS, 2014, p. 46).

De acordo com O. Almario (2001, p.26 apud ZAMBRANO, 2012, p. 27) foi nesse contexto que a população negra foi nomeada pelo discurso político hegemônico, republicano e centralista de “raça africana” ou afrodescendente, não como forma de olhar a Colômbia através de uma perspectiva multirracial e diversa, mas com o intuito de excluir a população negra do projeto nacional. O. Almario cita em seu estudo que tanto antes quanto depois da abolição da escravatura em 1852, a população negra era vista através de um olhar pejorativo, estereotipado e colocada em situação de subalternidade e subordinada, ou seja, passou “do lugar do escravizado ao lugar do subcivilizado, ao lugar no qual a cor da pele se associou ao atraso, ao semi-selvagem, a uma situação que poderia ser redimida só através da intensa mistura com o elemento civilizador” (MOSQUERA, PARDO, HOFFMANN, 2002, p. 16 apud ZAMBRANO, 2012, p. 27).

Como afirma Zambrano (2012, p. 27) foi essa ideia de cidadania tutelada que fez com que a população negra colombiana ocupasse ainda mais o Litoral do Pacífico, por se tratar da

região mais afastada do domínio político e econômico localizada no centro do país. Foi nesse contexto que se reafirmava a territorialização dos negros colombianos:

Estes grupos, nos anos subsequentes à abolição, utilizaram como estratégia de ação a apropriação de territórios, onde outrora eles mesmos tinham sido explorados pelos senhores em territórios chamados de *reales de minas*. A partir daí começou a construção paulatina do território negro do Litoral Pacífico. Este processo de povoamento transforma a população negra desta região em grupos com uma identidade própria e com práticas produtivas particulares. Isto porque ocorre aí um processo de regionalização das raças, uma diferenciação racial das regiões, que caracterizará a Colômbia: o Litoral Pacífico colombiano foi imaginado, no sentido de Anderson, e descrito por diversos autores, como Nina de Friedemann (1993) ou Peter Wade (1996, 2000), como a região mais negra da Colômbia (ZAMBRANO, 2012, p. 28).

De certa forma, as populações negras do Pacífico conseguiram formar territórios mais ou menos autônomos da economia e das políticas nacionais por terem se tornado invisíveis para o poder político do Estado (FRIEDEMANN, 1993a apud ZAMBRANO, 2012, p. 28). Essa invisibilidade ficou ainda mais forte junto à falsa ideologia da *nación mestiza*, que como forma de projeto eugenista do Estado, construiu e considerou a ideia de mestiçagem ligada à exclusão e ao embranquecimento da população. O intuito era fazer com que os negros colombianos não fossem integrados na representação da imagem nacional. Essa ideia de mestiçagem diluiu e dificultou o direito dos negros de reivindicarem reparações históricas. Com o tempo, na formação da mentalidade colombiana, a população negra passou a ser considerado como parte da crescente população mestiça, já que o intuito da elite branca era inviabilizar ainda mais as reivindicações dessa população, e através disso, houve a tentativa de criar uma representação da Colômbia como se fosse um país homogêneo. Esta ideia estava completamente vinculada como forma de manutenção das relações de poder e dos privilégios da elite branca. Como nos mostra Wade:

A herança negra foi percebida pelas elites nacionais como uma marca de inferioridade ainda mais estigmatizada que a herança indígena. A imagem do negro se perde, desta maneira, entre as ideologias do branqueamento e das afirmações de homogeneidade nacional mestiça que retoricamente incluem os negros como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, nega a eles um status específico, convertendo-os em alvo de discriminação racial (1993 apud ZAMBRANO, 2012, p. 28)

Os negros colombianos foram colocados em uma posição desfavorável, já que para se auto afirmar as elites brancas configuraram e adotaram uma Constituição autoritária e clériga em 1886 que colocava todos os não-brancos numa posição subordinada, ao

estabelecer medidas que os impedissem de participar da política, pois só podia votar quem fosse alfabetizado ou caso tivesse renda ou algum patrimônio (MEJIA, 1982, p. 378 apud ZAMBRANO, 2012, p. 40), assim como também ficava proibido manifestar qualquer cultura que fosse contrária a moral cristã (WADE, 1997, p.46 apud ZAMBRANO, 2012, p. 40). Essas medidas fizeram com que esses grupos fossem marginalizados e estivessem em constante tensão contra os nacionalistas do Estado. Porém, como nos mostra Zambrano (2012, p. 30 e 31) devido ao fato dos negros terem pouca representatividade política, passaram a desenvolver formas de ação que consistia na apropriação territorial no litoral do pacífico, onde passaram a criar multiterritorialidades através da construção e fortalecimento de identidades negras coletivas que seriam usadas posteriormente como instrumento de luta política. Como exemplo, podemos citar que na década de 1930, através do fortalecimento político de lideranças negras no Litoral Pacífico que pautavam a exaltação da negritude, assim como o incentivo à educação, reivindicações étnicas e civis, foi possível fazer com que aos poucos esses grupos fossem ocupando alguns espaços políticos, onde por consequência houve enfraquecimento da elite branca da região (DE ROUX, 1991 apud ZAMBRANO, 2012, p. 42). Esses grupos criaram formas intencionais em relação a como construir as suas territorializações, como por exemplo, a criação de limites e barreiras de seus territórios.

É importante enfatizar que neste trabalho, quando falamos de lutas pelo pertencimento das comunidades negra no pacífico colombiano, não estamos falando de luta apenas no que se diz respeito à propriedade, mas pelo direito ao território e por territorialidades, “o que implica a defesa de práticas, tradições e matrizes culturais que fundam suas identidades e fundam o próprio grupo” (BOURDIER, 1989 apud SANTOS, 2007, p. 37). É exatamente isso o que Oslender, ao estudar as lutas das comunidades negras no pacífico colombiano, veio a chamar de “espacialidades de resistência”, ou seja, “formas concretas e decisivas nas quais espaço e resistência interatuam e impactam um sobre o outro” (2002 apud SANTOS, 2007, p. 37).

Os movimentos de intelectuais negros consolidaram, a presença de lideranças negras em espaços regionais e nacionais, da qual um dos grandes nomes da década de 1930 e um dos pilares do movimento negro que se formou em 1960, foi o Diego Luis Córdoba (1907-1964) que lutou pela criação da Universidade Tecnológica de Chocó e também pelo reconhecimento da contribuição da cultura negra na Colômbia (RAUSCH, 2003, p. 79 apud ZAMBRANO, 2012, p. 45). Na década de 1940 outros nomes importantes foram os do Natanael Diaz, Manuel Zapata Olivella, Delia Zapata e Marino Viveros que organizaram o primeiro dia do

negro e encabeçaram estudos sistemáticos sobre as populações negras na Colômbia, influenciados pelo Movimento da Negritude que foi criado pelos intelectuais antilhanos Aimé Césaire, Léo Damas e pelo senegalês Leopold Senghor (AGUDELO, 2002 apud ZAMBRANO, 2012, p. 45).

Apesar de grandes avanços, durante a década de 1950 os conservadores voltaram a ter uma forte presença no poder político do país, fazendo com que grande parte da mobilização dos negros girasse em torno da luta e resistência pela propriedade de terra, já que no contexto nacional, passaram a ter pouca representatividade no poder político central. Só a partir da década de 1960 que surgiu, de forma mais autônoma, reivindicações identitárias dos intelectuais negros, ou seja, representação da população negra sem estar vinculado a algum partido político (ZAMBRANO, 2012, p. 47), que passaram a mobilizar diversos grupos negros através de encontros nacionais e regionais, assim como congressos organizados para debater questões políticas e sociais da população afro-colombiana. Como nos mostra Nascimento e Oliveira (2016, p. 3), isto se deu também por influência do Movimento Negro Pelos Direitos Civis nos Estados Unidos que aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, pelo movimento de luta contra o apartheid na África do Sul, entre as décadas de 1960 e 1990, assim como por outros movimentos negros Afro-latino-americano. Foi nesse período que os negros colombianos passaram a usar, ainda mais, o termo afrocolombianos como perspectiva de compreensão diaspórica.

Durante e após esse contexto em meados dos anos de 1970 e 1980, aproveitando o relativo sucesso da luta política dos indígenas por demandas específicas frente às instituições do Estado, como por exemplo, demarcação de territórios, preservação de tradições culturais e educação diferenciada, que muitas organizações negras começam a surgir no espaço público, principalmente na região do Pacífico onde vivem mais de 80% dos afrocolombianos. Como nos mostra Santos (2014, p. 39) esses movimentos levavam consigo a diversidade das suas territorialidades, assim como os seus diferentes campos de atuação, da qual podemos citar algumas dessas organizações como exemplo o Centro para la Investigacion y Desarrollo de la Cultura Negra (CIDCUN); Fundación colombiana de investigaciones folclóricas y centro de estudios afrocolombianos; Centro de Estudios Frantz Fanon; Círculo de Estudios de la Problemática de las Comunidades Negras de Colombia- SOWETO, organização de estudantes afrocolombianos solidários com o movimento anti-apartheid da África do Sul e o Movimiento Nacional por los Derechos de las Comunidades Negras, dirigido por Juan de Dios Mosquera que ficou popularmente conhecido como Movimento *Cimarrón*. No próximo capítulo, além dos *Cimarrón* vamos discorrer mais sobre alguns dos movimentos que surgiram junto a esse contexto. Mas de modo geral, esses movimentos tinham atuações

diversas e estavam preocupados com a discriminação racial, a privação socioeconômica e a falta de representatividade política da população negra no contexto nacional (ZAMBRANO, 2012 apud MENDES, 2014, p. 57 e 58).

De acordo com Wabgou (2012 apud NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 7) a década de 1980 foi uma das mais importantes da história colombiana, pois havia uma abertura maior da participação política e econômica, assim como um dinamismo social, político e econômico que propiciaram a participação e reivindicação de diversos movimentos sociais. Contudo, o dinamismo das novas forças sociais causou uma violenta reação entre os setores políticos mais tradicionais e conservadores, que tinham o interesse em se manterem no poder, assim como em não mudar estrutura social. Esse foi um dos motivos que, junto a forte instabilidade política, levou a Colômbia a passar por uma grave crise social e política.

Em 1989, esta crise encontra seu ápice numa onda de violência que culmina na morte de três candidatos à presidência da República por grupos paramilitares ligados ao tráfico de drogas. No intuito de recuperar a legitimidade política, o Estado propõe a mudança constitucional. Essa nova constituição teria por finalidade fazer com que o Estado colombiano recuperasse a credibilidade no contexto nacional e internacional (MENDES, 2014, p. 63).

Foi nesse contexto, que as reivindicações dos movimentos negros repercutiram em mobilizações durante o processo dessa reforma constitucional:

No “movimento negro colombiano”, num primeiro momento, pode-se observar pautas com uma amplitude mais nacional: desenvolvimento das instituições políticas e o reconhecimento da multiculturalidade, principalmente no processo relacionado à Constituição de 1991, assim como a integração da Região do Pacífico Colombiano conectada com o discurso ambientalista de preservação da biodiversidade. Mas antes da promulgação da constituição de 1991, o “movimento negro colombiano” se encontrava disperso em várias frentes de luta, com matrizes e inspirações diferentes assim como seus processos ideológicos e organizativos (PARDO, 2001 apud MENDES, 2014, p. 63).

Depois de muita luta, foi na reforma constitucional de 1991 que os movimentos negros colheram os seus principais frutos, pois foi nessa Constituição que a Colômbia passou a reconhecer a diversidade étnica e cultural como princípio fundamental do seu Estado, assim como reconheceu os afrocolombianos como um grupo étnico como sujeitos de direitos coletivos (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 7). Podemos citar que a partir daí os negros passaram a ter uma maior visibilidade e abertura no âmbito público e político, principalmente depois também da “promulgação subsequente da Lei das Comunidades

Negras (Lei 70, de 1993), que deu direitos de posse da terra para algumas comunidades negras da região colombiana costeira banhada pelo Pacífico” (WADE, 2003, p. 149).

Por um lado, a maior visibilidade política trouxe significativas melhorias para as populações afrodescendentes, por outro, trouxe a lume novos conflitos políticos e complexificou outros. Na Colômbia, por exemplo, a Constituição garantiu direito coletivo às terras habitadas pelas comunidades negras rurais da costa do Pacífico. Porém, imediatamente após a sanção presidencial, essas mesmas comunidades passaram a ser perseguidas e assassinadas por grupos paramilitares e narcotraficantes interessados em controlar tais territórios, fazendo das populações negras as principais vítimas de deslocamento forçado no país (RODRIGUES, 2014, p. 21).

Como afirma os estudos de Bejarano (2010), não foi só na Colômbia que novos projetos nacionais foram construídos através de uma perspectiva mais abrangente e participativa, mas sim em vários Estados latino-americanos. Não podemos deixar de frisar que se esses projetos aconteceram, foram principalmente devido a várias formas de pressões e lutas que muitos movimentos negros e indígenas vinham reivindicando há anos. Por outro lado, diversos autores procuram explicar o que também estava por trás dessas novas medidas já que existiam esses elementos comuns em diferentes países. Uma das questões levantadas por esses autores é que as reformas constitucionais estavam mais ligadas a um esforço regional de reconstituir as relações entre o Estado e a sociedade, onde as elites tinham como intuito demonstrar uma imagem “mais democrática” dentro de um cenário internacional que cada vez mais adotava medidas ligadas aos direitos humanos e que desde anos de 1990 relaciona-se também com uma ideia de desenvolvimento voltado a inclusão social de grupos que foram marginalizados politicamente e socialmente, principalmente em relação aos indígenas e de ascendência africana em particular (GROS, 2002; WADE, 2006 apud BEJARANO, 2010 p. 48). Tal movimento teve como ápice, em 2001, a realização 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância que foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul, que resultou em diversos acordos internacionais para promover a equidade social em diversos países (SILVA e SILVA, 2015; LÓPEZ, 2015 apud NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 3). Porém, enfatizamos que esses movimentos nacionais latino-americanos com mais abertura política, só de fato aconteceu porque cada vez mais se formavam movimentos negros, indígenas e populares que pressionavam seus países por reparações históricas, sociais e econômicas.

Outros autores (Escobar, 1997; Carvalho, 2002 apud BEJARANO, 2010) argumentam que as medidas ligadas a uma ideia de multidiversidade étnica e cultural fez parte de um processo de abertura econômica ligada a cenários propícios de intervenção de territórios estratégicos, a partir de políticas das diferenças, onde os Estados passaram a se interessar formas de governos neoliberais, mediante os quais, de forma indireta houvesse o controle de áreas que tinham sido marginalizadas historicamente. Para que isso acontecesse, a ideia era criar e ampliar um diálogo entre o Estado e as organizações étnicas:

Essas formas neoliberais de intervenção ocorrem principalmente em territórios com um alto valor por sua biodiversidade, obedecendo estas políticas de reconhecimento à agenda dos países centrais na arena internacional, os quais, a partir de interesses específicos, impõem profundas transformações nas tradições culturais do mundo (Escobar, 1997; Carvalho, 2002 apud BEJARANO, 2010, p. 48 e 49).

A criação de legislações voltadas, especificamente, à população negra e indígena tanto na Colômbia quanto em outros países latino-americanos representou uma ruptura com a mentalidade do ideário político-cultural que, até recentemente, considerava as desigualdades raciais através de uma perspectiva somente de desigualdades de classe (RODRIGUES, 2014, p. 83). Porém, é importante não perder de vista os jogos políticos que estão por trás dos diferentes contextos, para que não se reproduza novas formas de exclusão, pois apesar de toda luta dos movimentos negros e das reformas que foram citadas acima, de certa forma ainda é muito forte a reprodução de ideias ligadas a *nación mestiza*, já que no país o racismo institucional e estrutural se mantém tão forte, onde é possível notar que inclusão e participação da população negra na política da Colômbia mesmo com avanços recentes, ainda é muito incipiente. E no que diz respeito às reparações históricas, a população negra se vê em constante luta por direito aos seus territórios, saúde, educação e etc. Isso não só acontece com a população negra na Colômbia, mas também em diferentes localidades da Afro-latino-america, como nos mostra Nascimento e Oliveira ao citarem Aníbal Quijano e a Colonialidade do Poder:

A servidão da América Latina não acabou com a independência das colônias, pelo contrário, ela não apenas continuou como vislumbrou uma divisão social interna quando avaliadas as questões de raça e cor e uma clara divisão econômica externa em relação à Europa. Assim, ao discorrer sobre o eurocentrismo do conhecimento, o autor aponta para a formulação teórica da ideia de raça, em que as relações de poder da Europa sobre as colônias se legitimaram e perpetuaram, implicando a concepção de “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005, p. 125) e novas práticas capitalistas imbricadas na operacionalidade da raça como configuração dos padrões de dominação. A relação social fundamentada na ideia de raça produziu novas identidades sociais e tornou-se um instrumento de poder econômico e social com repercussões na divisão racial do trabalho (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2016, p. 3 e 4).

Por outro lado, os movimentos negros colombianos vem cada vez mais ganhando força, buscando constantemente compreender e afirmar suas identidades e territorialidades com o intuito de fortalecer e ocupar o espaço que lhes são de direito na sociedade, principalmente ao buscarem melhores condições sociais e também vivificar suas raízes culturais, pois, “junto a isso questionam e buscam construir visões não distorcidas sobre a história e cultura do negro, e mais importante, dismantelando o estigma de inferioridade da população negra e compreendendo a raça como uma construção social” (NASCIMENTO e OLIVEIRA, p. 3 e 4).

4. Espaço geográfico como uma condição para a ação: territorialidades e os movimentos negros colombianos entre 1980 e 1990

4.1. Atlântico Negro e Pacífico negro: redes que viajam ideias de (re)existência

Sendo o espaço geográfico “uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (SANTOS, 1996: 257 apud PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 234), não poderíamos deixar de mencionar a importância dos movimentos dos negros na Colômbia.

Para Oslender (2002), os movimentos sociais no Pacífico Negro Colombiano que se mobilizam para defender suas territorialidades (como por exemplo, seus espaços materiais e físicos), ao lutarem por direito à terra também lutam por espaços onde possam manifestar suas interpretações e representações de mundo, ou seja, se trata de uma luta por representações do espaço. De acordo com Smith (2015, p. 150), os negros na América Latina constroem sua subjetividade através de uma história diaspórica compartilhada, a qual, mais que uma produção afetiva, “é também a produção de comunidade política e identidade”. Assim, as identidades das comunidades negras colombianas são uma dimensão cultural que representa também uma forma de protesto negro social.

Pensando nisso, a seguir apresentaremos alguns exemplos de organizações negras que emergiram nas décadas de 1980 e 1990, onde de um lado, na área rural, reivindicavam-se pautas implicitamente ligadas à questão racial e seus territórios, e do outro, nas áreas urbanas, inspirados pelas lutas por direitos civis norte-americanos e a experiência de outros países latino-americanos, pautavam-se pelos aspectos políticos e identitários da negritude dentro de

um país marcado pelo racismo institucional e estrutural. De modo geral, nos dois contextos os movimentos se organizaram com o intuito de dar visibilidade “ao peso do racismo e da discriminação racial na vida dos afrocolombianos e, ao mesmo tempo, buscavam aumentar a conscientização étnico-racial deste contingente populacional” (WADE, 1995; ASHER, 2009; PASCHEL, 2010 apud RODRIGUES, 2014, p. 125).

Como mostramos no capítulo anterior, podemos dizer que os movimentos negros na Colômbia ganharam uma maior visibilidade, no que diz respeito ao contexto nacional, entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80. Foi nesse período que surgiram diversos movimentos negros que através de muita resistência conseguiram fazer com que o Estado reconhecesse a existência do racismo, de modo que, mesmo minimamente, obtiveram-se algumas reparações históricas (ANDREWS, 2007 apud MENDES, 2015, p. 3). Como citamos no terceiro capítulo, uma de suas maiores conquistas foi a formulação de uma nova constituição colombiana em 1991.

Muitos desses movimentos surgiram por inspiração do movimento indígena colombiano, que desde 1960 vinha acumulando experiência na luta política por terra e autonomia. Por outro lado, os movimentos negros colombianos buscaram também inspiração em outros movimentos negros na América Latina e do Norte que, mesmo tendo suas particularidades, nos faz refletir sobre a importância da compreensão da ideia do “atlântico negro” trazido por Paul Gilroy, como uma rede em que viajam pessoas e ideias (WADE, 2005, p.113 apud RODRIGUES, 2014, p.23), ou melhor, fronteiras que dialogam entre si, buscando emancipações e novas formas de territorialidades que resistem, onde os espaços físicos e simbólicos transcendem as fronteiras (GOMES, 2009, p. 202). Assim, podemos afirmar que a identidade diaspórica faz conectar pessoas com ascendência Africana dentro de uma concepção global de familiaridade racial que ocupa o debate central (de base sentimental) nas alianças políticas negras transnacionais em diversos contextos (HINTZEN, 2007, p.60). Mas adiante essa concepção servirá também para nos ajudar a compreender o modo como os movimentos no Pacífico negro apoiaram-se entre si, mesmo estando em localidades diferentes.

4.2. Movimento Nacional *Cimarrón*

Como nos mostra Mendes (2015, p.3), os movimentos negros colombianos que mais ganharam visibilidade surgiram em locais mais urbanos e pautam questões ligadas ao racismo estrutural no país. Dentre as organizações que mais ganharam força, destaca-se o Movimento

Cimarrón que surgiu em 1982, com sede em Buenaventura na cidade portuária do Departamento do Valle de Cauca. Inspirado pelos movimentos de luta por direitos civis nos Estados Unidos, pelo processo de descolonização no continente africano e por outros movimentos negros latino americanos, o Movimento *Cimarrón* tinha como um dos objetivos a “construção” da consciência negra, como forma de estratégia organizativa que pudesse fortalecer e reivindicar uma identidade cultural e histórica a partir do sentimento coletivo compartilhado, no que diz respeito a formas de viver, pensar (ZAMBRANO, 2012, p. 60), de modo geral, em relação à forma de como se apropriar dos espaços.

Foi através de movimentos negros como esse que foi possível abrir oportunidades para reivindicar conjuntamente direitos sociais (educação, moradia, saúde), econômicos (trabalho) e políticos (participação, inclusão) dos grupos afrocolombianos (ZAMBRANO, 2012, p.60). Por isso, não é a toa que esse movimento tenha *Cimarrón* como nome:

Cimarrón é o “enquadramento interpretativo” (Snow e Benford, 1988) que evoca os levantamentos contra a escravidão nos séculos XVIII e XIX protagonizados pelos negros. O *cimarrón* simboliza a luta pela igualdade e a liberdade e define como rebelde o negro que se opõe aos senhores e que foge em busca da emancipação fundando os palenques (quilombos, em espanhol) – pequenas sociedades afastadas e escondidas de negros livres. Assim, o uso atual de *Cimarrón* é um chamado para que os negros, como nos séculos da escravidão, se rebelem contra a discriminação racial (ZAMBRANO, 2012, p.59 e 60).

O Movimento Nacional *Cimarrón* estava ligado com a construção da “consciência negra”, pois através dela, buscavam construir caminhos para que a população negra soubesse de seus direitos para que se mobilizassem através dele, principalmente no que diz respeito à luta contra o racismo e por oportunidades iguais para os afrocolombianos (ZAMBRANO, 2012, p. 60), como é afirmado pelo depoimento de Mosquera, um dos participantes do movimento (RODRIGUES, 2014, p. 126):

Vemos na sociedade colombiana uma invisibilização das pessoas negras, dos profissionais negros, dos estudantes negros, das mulheres negras, em quase todas as esferas da sociedade. Especialmente nos empregos de atenção ao público e nos empregos de boa qualificação, que são o privilégio das pessoas mestiças ou brancas na Colômbia. Em nosso país, as pessoas negras seguem fazendo os trabalhos de negro, ou seja, os trabalhos que antes eram de seus ancestrais escravizados. Recolhendo os lixos nas ruas, no serviço doméstico, como no caso das nossas mulheres. Nossa gente segue trabalhando na agroindústria, na coleta e colheita de frutas, segue trabalhando escravizada, como os cortadores de cana.

Foi pensando nisso que o Movimento *Cimarrón* passou a construir atividades educativas em diversas comunidades afrocolombianas, principalmente por meio da juventude e professores de escola básicas do país. Através dessa concepção de mobilização, criaram um plano de ação elaborado em 1992 (p. 229 apud ZAMBRANO, 2012, p. 65), que visava o reconhecimento e respeito das comunidades negras da Colômbia, promovendo uma organização autônoma da população negra no nível local e nacional que buscasse melhores condições de vida e poder político, concebendo a educação como caminho para eliminar o racismo e a discriminação racial. Além disso, buscava promover a educação, organização e empoderamento das mulheres no país, desenvolvendo e difundindo a identidade negra como patrimônio conjunto da formação da sociedade nacional; protegendo e conservando a biodiversidade e os direitos que envolvem as comunidades rurais negras sobre seus territórios ancestrais, e estimulando a participação da população negra, reivindicando o exercício da representação equitativa (ZAMBRANO, 2012, p. 66).

Apesar das grandes inspirações, na sua primeira década de existência, o Movimento *Cimarrón* girou em torno de núcleos de estudo, pelo fato de não conseguiram gerar uma grande mobilização nacional.

O Movimento *Cimarrón* foi, ao longo da década de 1980, a organização negra mais importante da Colômbia. Contudo, como nota Wade (1995), essa organização teve um impacto limitado em ampliar o debate público sobre a questão étnico-racial no país. Por um lado, a parcela da população que poderia vir a se auto-identificar como negra e, portanto, suscetível de se envolver na organização se encontrava isolada nas áreas rurais do Pacífico ou era pobre e semialfabetizada, o que dificultava o seu recrutamento para um movimento liderado por pessoas da classe média. Por outro lado, com um discurso político claramente influenciado pelo modelo de relações raciais norte-americano, tais organizações enfrentavam dificuldades para romper com o discurso hegemônico sobre o caráter mestiço e harmônico do país (WADE, 1995 apud RODRIGUES, 2014, p. 126).

Mesmo assim, através do movimento foi possível criar uma rede de organizações em diversas cidades, que não visavam agir de forma isolada e que serviram como um movimento de base que, através dos discursos coletivos, mobilizaram organizações negras para que confrontassem tanto as instituições como a cultura dominante (ZAMBRANO, 2012, p. 61).

4.3. Organizações de Base (OB)

De acordo com Zambrano (2012, p.66), se o Movimento Cimarrón teve uma maior influência urbana, as Organizações de Base (OB) surgiram e tiveram uma maior influência em locais rurais, particularmente no Departamento do Chocó. Diferente do *Cimarrón*, as OB buscaram apoio da Igreja (ligadas a Teologia da Libertação), das ONGs e se definiram como “associações de trabalhadores ou comunidades locais cujo objetivo é de melhorar sua própria situação, seja no plano reivindicativo ou no plano político, assumindo um ativismo frente ao Estado e o Capital” (Pardo, 1998:52 apud ZAMBRANO, 2012, p. 67).

As OB surgem em estruturas de oportunidades políticas locais específicas: depois que o Estado decidiu implementar políticas de desenvolvimento nesta região do país, nos anos 1970. Uma das principais bandeiras do governo central para o desenvolvimento do país no final da década de 1970, no governo liberal de Julio César Turbay (1978-1982) e logo depois no governo conservador de Belisario Betancourt (1982-1986), consistia na abertura do Litoral Pacífico para obras e projetos de desenvolvimento e sustentabilidade. O Litoral Pacífico se torna então cenário de confronto entre o governo central e os grupos de camponeses negros que lutam contra a adjudicação de grandes extensões de floresta para companhias madeireiras e de celulose (ZAMBRANO, 2012, p. 67).

Segundo Asher (2009 apud RODRIGUES, 2014, p. 122), isso aconteceu por consequência da aprovação da Lei 2 de 1959, que passou a atribuir o status de reserva florestal governamental para muitas áreas da Colômbia, como por exemplo, extensas porções de terra do departamento do Chocó, que por ser o departamento com maioria negra, teve um impacto direto para essa população. De outro lado:

Já para os indígenas, que detinham certo controle sobre suas terras por conta de legislações anteriores, tal lei teve efeitos limitados. Porém, para as comunidades negras habitantes de zonas rurais o efeito foi devastador. Elas passaram a ser, efetivamente, invasoras das terras que habitavam desde o período colonial. Além disso, o crescente interesse pela exploração econômica da região (especialmente pelo setor extrativista de minérios, madeira e outros recursos naturais) aumentava sobremaneira a vulnerabilidade dessas comunidades rurais (ASHER, 2009 apud RODRIGUES, 2014, p. 122).

Dessa forma, as populações negras no litoral do Pacífico tiveram que buscar um modelo próprio de organização que tivesse como meta reivindicações ligadas a luta por direito ao seu território e à defesa de suas culturas, já que a exploração dessa região era

legitimada pela Lei 2, 1959 que, além de considerar as florestas da região do Litoral Pacífico como sendo reserva de Florestas nacionais, passou a denominar essas áreas como sendo territórios baldios ou espaços vazios que pertenciam ao governo, junto a isso, ligado às empresas de companhias estrangeiras, incentivava na região a exploração intensiva da madeira (ZAMBRANO, 2012, p. 67).

Tudo isso nos faz refletir o no quanto o mito da *Nación Mestiza*, que buscava invisibilizar a população negra, se sustenta ao longo das décadas até aqui, fazendo com que a população negra fosse a base dos grupos socialmente excluídos. Como nos mostra Haesbaert (2004), esse processo que coloca os excluídos profundamente segregados, ou seja, ainda mais excluídos, os impossibilitam de construir efetivo controle sobre seus próprios territórios, seja ele no sentido de dominação político-econômico, ou até mesmo no sentido de apropriação simbólico-cultural. De acordo com Santos (2007, p. 34) a construção de leituras das realidades através da desigualdade social e racial junto às espacialidades materiais e simbólicas, tem impacto direto na dinâmica das relações entre os grupos e a própria legitimidade da existência e da ação dos grupos, que por consequência, vincula-se à produção de “imagens de território”, a forma de manifestações, que elimina outros grupos das representações destes territórios, lugares e regiões. Com isso, ao excluir as populações negras da representação de seus territórios, ou seja, de suas comunidades, com o pretexto que se tratam de “vazios demográficos”, o Estado autoriza, e até judicialmente (como por exemplo, a lei de 1959), fortes violências contras estes grupos, que por consequência muitas vezes pode acarretar na expulsão dessas populações de suas terras ancestrais (SANTOS, 2007, p. 34).

Em relação às mobilizações, em 1980 o Estado colombiano reconheceu como *resguardos* indígenas os territórios em que viviam tanto a população indígena quanto a população negra. Tal medida fez com que os negros se mobilizassem e se organizassem junto às lutas indígenas, uma luta também pelo direito a seus territórios. Com isso, buscava-se ligar o movimento junto a um discurso de caráter racial/étnico, cultural e meio ambiente:

(...) impulsar procesos que permitieran un desarrollo integral de las comunidades, mejorar la armonía con el entorno mediante la promoción y el apoyo de planes y acciones encaminadas a defender el equilibrio ecológico de la zona y garantizar el futuro de las comunidades en cuanto grupos con derecho a conservar su identidad. Esto orientaba el trabajo hacia la búsqueda de un desarrollo económico y un bienestar social acorde con las tradiciones de las comunidades, así como al fortalecimiento de los valores culturales. (Tomado do texto Medio Atrato, Territorio de Vida,

editado por Red de Solidaridad Social, Presidencia de la República de Colombia, 2002, in: choco.org apud ZAMBRANO, 2012, p. 68).

As OB tiveram ajuda de outros movimentos negros, até mesmo do movimento *Cimarrón*, que contribuiu na construção de estratégias para apoiar a população negra rural chocana. Todo esse contexto veio a influenciar no surgimento de outras organizações na região que se mobilizavam pela mesma razão.

Em 1989, surgiria a Associação Camponesa do Rio San Juan (ACADESAN). A experiência organizativa e de luta pela terra do *campesinado* negro são decisivas para o surgimento de outras organizações como a Organización Campesinos del Baudó (ACABA), a organização de camponeses do Baixo Atrato, a Organización Popular do Alto Atrato (OPOCA), a Organización Popular do Alto Baudó e da Associação Camponesa do Alto San Juan (ASOCASAN) (ZAMBRANO, 2012, p. 68 e 69).

Além disso, as influências das OB junto ao Movimento *Cimarrón*, estimulariam a formação de outras OB fora do departamento do Chocó, porém para nós, um dos aspectos mais importantes desse contexto foi a formação de uma consciência diaspórica coletiva entre os movimentos negros colombianos que, de certa forma, abriu “caminho para a institucionalização jurídica da identidade desta população como *comunidade negra*” (Restrepo, 1996 apud ZAMBRANO, 2012, p. 70). E assim, construíram na década de 1980, o Movimento Negro Colombiano, em que as OB, nas regiões locais, ao se juntarem com as organizações urbanas passaram a construir objetivos comuns que, por consequência, serviu para pressionar o Estado colombiano a cerca de reparações históricas (ZAMBRANO, 2012, p. 71). Mas de modo geral, como nos mostra Rodrigues:

Na Colômbia, embora a maior parte da população negra viva em áreas urbanas, a hegemonia da face rural e campesina do ativismo negro e sua relação de proximidade com grupos indígenas engendrou políticas de identidade que acentuam o fato de afrocolombianos se constituírem em uma coletividade cultural e étnico-racialmente diferenciada do restante da sociedade, ao mesmo tempo em que mantém estreitas relações com o meio-ambiente e território (2014, p. 24).

Além de muitas dessas ações surgirem por inspiração do movimento negro em outros lugares da América, a inspiração também está ligada às reivindicações indígenas por territorialidades, como por exemplo, “recuperação da terra ancestral, validade da cultura, o direito à autonomia” (Albó, 1995 apud Pardo, 1998 apud ZAMBRANO, 2012,

p. 72). Foi exatamente nesse contexto que os movimentos negros colombianos, junto com as organizações indígenas, construíram mobilizações na década de 1980, que como nos mostra Zambrano (2012, p. 72), tiveram impactos na construção do processo de reforma constitucional que aconteceu no começo da década de 1990 e também o surgimento de novos movimentos, como por exemplo, o Processo de Comunidades Negras (PCN).

4.4. Processo de Comunidades Negras (PCN)

Um dos movimentos que mais unificaram os grupos afro-colombianos foi o Processo de Comunidades Negras (PCN), que surgiu no começo do ano de 1990 em Buenaventura, no Departamento de Valle, localizado no sudoeste do país, através de um grupo de jovens ligados a outra organização negra. De acordo com Zambrano (2012, p. 73) “a este grupo se somam ativistas de grupos culturais das cidades de Tumaco (Departamento de Nariño), Guapi e Puerto Tejada (Cauca) e de Buenaventura” que, inspirados pelo movimento negro dos direitos civis nos Estados Unidos, reivindicavam políticas de reparação histórica através da afirmação da consciência negra. Outra inspiração se deu pela música produzida pelos negros, não só nos Estados Unidos, mas também em todo Caribe, e no Pacífico Negro, que levavam em si mensagens das reivindicações da população negra, como por exemplo, Bob Marley, Donna Summers e músicas que vinham do Litoral sul do Pacífico, mais precisamente em Tumaco, onde havia uma reivindicação através da música autóctone, o chamado “currulao”, que se formou ao construir componentes ligados à identidade dos habitantes desta região (Wade, 2000; Aristizábal, 1998; González, 2003 apud RODRIGUES, 2012, p.73).

O PCN, além de surgir através das influências externas, é resultado do sentimento de decepção anterior dos ativistas negros na militância em partidos ou movimentos de esquerda. Com isso, buscaram criar um movimento que pautasse as desigualdades sociais ligadas às desigualdades raciais na Colômbia.

Os incentivos para a mobilização deste grupo de ativistas foram basicamente dois: primeiro, as discussões em torno da inclusão da população negra colombiana na nova Carta Constitucional e, segundo, as experiências que as OB estavam desenvolvendo nas regiões do Pacífico (ZAMBRANO, 2012, p. 74).

De modo geral, o PCN se baseava em uma visão mais ampla sobre direitos étnico-raciais, que buscava uma luta pelo respeito da população negra no contexto nacional

colombiano e, com isso, passaram a buscar o reconhecimento de suas práticas culturais e a elaboração de legislações que pudessem garantir a autonomia político-administrativa dos diversos grupos negros sobre os territórios habitados sobre a região do Pacífico (RODRIGUES, 2014, p. 331). E através disso o movimento girou em torno de práticas sociais, organizativas e políticas a partir do que alguns autores vieram chamar de construção cultural alternativa (Escobar, Alvarez, Dagnino, 2001: 27; Escobar, Grueso, Rosero, 2001:253 apud ZAMBRANO 2012, p.75). A ideia de cultura alternativa está ligado ao processo de Políticas de culturas:

La política cultural de los movimientos sociales intenta desafiar o desestabilizar culturas políticas dominantes. En muchos casos, los movimientos sociales no exigen una inclusión en la cultura política dominante, más bien buscan modificarla” (Escobar, Alvarez e Dagnino, 2001:27. Apud, ZAMBRANO, 2012, p. 75).

Com isso, o PCN girou em torno de objetivos como, por exemplo, a reafirmação da identidade (direito a ser negro), direito ao território (direito a um espaço onde existir), autonomia (direito ao exercício do ser/identidade), construção de uma perspectiva de futuro autônoma e declaração de solidariedade (Grueso, Rosero, Escobar, 2001:244-245. Apud, ZAMBRANO, 2012. p. 76). Como é reafirmado pelas palavras da ativista Lúbia Grueso (RODRIGUES, 2014, p.180):

O PCN surge como uma rede de organizações no final da década de 1980. É anterior ao processo da Assembleia Nacional Constituinte que aconteceu em 1991. O PCN é uma rede de organizações que se juntam para apresentar à Constituição Nacional uma proposta de reconhecimento das comunidades negras. Se conseguiu unir quase 800 organizações em todo o país: urbanas, rurais, campesinas, de jovens e mulheres. Eram grandes e pequenas, mas todas tinham um ponto em comum: eram organizações que se identificavam com os princípios ou propostas das comunidades como razão de ser. No processo da Assembleia Constituinte se apresentou a necessidade de uma Constituição que reconhecesse os direitos da comunidade negra e, pela primeira vez, se exigiu um direito a partir da diferença, não da igualdade, mas sim da diferença. Quer dizer, sempre se havia dito igualdade para as comunidades, o que hoje se chama de discriminação positiva, mas o que as organizações propuseram foi que teríamos direitos a ser comunidades negras com direitos especiais, por exemplo, o direito aos territórios, mais que à terra, aos territórios e direito de ser com uma visão própria como comunidade negra e como cultura. O direito de ser culturalmente distinto foi o primeiro princípio que se definiu. Este logo se converteu em estratégias organizativas. Porque se tinha outra maneira de pensar e uma maneira diferente de ver as coisas. Se definiu que éramos típicos campesinos porque queríamos direitos especiais. Sob esse primeiro princípio foi que se conseguiu articular todas essas organizações ao redor de uma luta pelo reconhecimento na Assembleia Constituinte de 1991.

De acordo com Rodrigues (2014, p. 181), o relato de Lúbia Grueso ao recontar a história de fundação do PCN, não faz referência ao racismo ou discriminação racial, temas pautados fortemente pelo Movimento Cimarrón. Ela faz referência à existência de outro discurso, mais ligado à igualdade e ao discurso da diferença:

Esse discurso da diferença, que se torna hegemônico nos anos 1990, é adotado por inúmeras constituições latino-americanas do mesmo período, configurando o que chamo aqui de giro multicultural. Grosso modo, a base do multiculturalismo latino-americano, são os debates sobre inclusão de minorias étnicas e imigrantes nos países do hemisfério norte. Autores como Charles Taylor (1994) e Will Kymlicka (2007) definem multiculturalismo como sendo o reconhecimento das diferenças individuais e grupais dentro de uma dada nação, onde as particularidades de cada um recebe igual proteção legal e respeito por parte do governo.

É importante ressaltar que o início dos anos 1990 marca a consolidação do processo de negritude na Colômbia (RODRIGUES, 2014, p. 142), em que, apesar de terem surgido diversas organizações, a PCN é aquela que até hoje tem mais influência no debate com (e contra) o Estado colombiano nos últimos anos (RODRIGUES, 2014, p. 183).

De modo geral, os movimentos negros se destacam com um formato de redes (RODRIGUES, 2014, p.27) e se mobilizaram com o intuito de buscar direito à diferença e à equidade social, assim como, direito a espaços onde houvessem discussões profundas sobre o impacto do racismo na sociedade colombiana, para que assim pudessem levar suas vozes e reivindicações que em direção a reparações históricas, como também o direito de manifestarem suas culturas, direito à cidade ou, nas áreas rurais, o direito a seus territórios ancestrais.

Para não concluir

Para compreender as multiterritorialidades da população negra colombiana não buscamos adotar uma posição unilateral sobre o histórico e as geo-grafias, a fim de não cairmos no erro do que Zibechi (2015, p. 11) chamou de “miopia epistemológica”, em que no caso do tema desse trabalho, o principal sintoma da adoção dessa miopia seria de negar o protagonismo da população negra no pacífico colombiano no que diz respeito às suas mobilizações por meio da produção, ou melhor, apropriação do espaço.

Para uma melhor compreensão, refletimos sobre o que nos mostra Santos (2012, p.64) ao afirmar que o “passado e presente se articulam, portanto, no espaço, impondo diferentes grafias espaciais das relações raciais”, através das quais os fenômenos sociais do passado “imprimem marcas espaciais que se mantêm, ou constituem práticas e manifestações que permanecem no tecido social reconstruindo espacialidades” e que, por outro lado, através de fenômenos e ações, permeiam o presente com lutas antirracistas, ao produzirem legados e grafias espaciais, como já exemplificamos, as toponímias da resistência nos espaços de valorização da negritude e outras formas de espacialização do Movimento Negro em sua diversidade constitutiva (SANTOS, 2012, p. 64). Por isso, compreender como que acontecem as espacialidades materiais e simbólicas dessa população, assim como suas especificidades, está ligado diretamente com a construção e reconstituição de leituras da realidade, pois é o que define “a dinâmica das relações entre os grupos e a própria legitimidade da existência e da ação dos grupos” (Santos, 2007, p. 34 e 35).

Assim como no Pacífico Negro Colombiano, e em outros territórios em resistência na Afro-latina-america, existem formas de vida heterogêneas, não assimiláveis pelas lógicas hegemônicas, já que muitas populações, tanto negras quanto indígenas, longe de serem essencialistas, potencializam suas diferentes formas de viver (ser e estar no mundo), que são dadas através de construções e reconstruções cotidianas permanentes. Foi exatamente dessa forma que essas populações resistiram ao longo dos cinco séculos de violências e repressões, ao fortalecer e aprofundar suas diferenças em relação à cultura e a sociedade hegemônica (ZIBECHI, 2015, p. 99).

Por isso, trouxemos como exemplo três importantes movimentos negros na Colômbia, já que através deles, assim como em outros movimentos, a população passou por um processo afirmação, construção e reterritorialização de suas territorialidades, muito por influência da forma de luta dos indígenas e dos negros em outros contextos na América Latina, assim como do Continente Africano, o que nos faz pensar no quanto o sentimento de diáspora é importante para construir e fortalecer múltiplas formas, ou melhor, múltiplas territorialidades de resistência no contexto Afro-latino-americano. Reafirmamos, portanto, a importância de que no contexto colombiano existe ligações entre organizações negras tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais colombianas, que foram construídas e movidas como forma de alianças estratégicas para defender suas reivindicações, tornando-se base da formação do movimento negro colombiano. Como nos mostra Smith:

Os negros em toda a América Latina constroem sua subjetividade através de memórias diaspóricas coletivas de “home” (ancestralidade, África, espaço autônomo, auto-determinação). Esses imaginários ligam nossos corpos com corpos de outras pessoas negras em toda a Circum-Atlantic. Esta memória coletiva é menos uma questão de fato ou ficção. Antes se ser a produção afetiva, é também a produção de comunidade política e identidade (SMITH, 2015, p. 150).

Pensando nos movimentos negros colombianos que citamos como exemplo, sabemos que possivelmente tais organizações tivessem seus contratempos tanto internos quanto e externos, fruto das contradições existentes das particularidades de seus contextos, por isso, evitamos tomar conclusões fixas sobre suas trajetórias. Para um maior aprofundamento sobre os fatos, seria importante que nós, em uma nova pesquisa sobre o tema, na qual se realizasse um trabalho de campo com intuito de buscar mais fontes sobre o tema, assim como para fomentar que os movimentos falem por si.

Contudo, devido não só às limitações do tempo da escrita desse trabalho de conclusão de curso, mas principalmente devido ao pouco acesso aos dados sobre os assuntos, principalmente no que diz respeito a geografia, de modo geral buscamos refletir sobre os dados que levantamos nessa pesquisa através de uma concepção mais abrangente. Como já citamos, sabemos que as espacialidades estão em constante conflitos, devido a dialética existente entre dominação e resistência (ZIBECHI, 2015, p. 7). Porém, sempre é importante demarcar quais são as relações de poder que estão por trás dos processos, ainda mais por se tratar de questões que envolvem o racismo. Mais do que isso, a importância de afirmar que mesmo que continuam a existir territórios de genocídios na Colômbia, que se reafirmam por meio de um viés racista e de repressão nos espaços habitados pela população negra, existem também movimentos negros (ou negros em movimento) que constroem suas múltiplas formas de resistências. Por isso, Zibechi (2015, p. 7) cita que, de territórios genocidas eles se transformam em territórios de (re)existência, como vimos no exemplo do Departamento do Chocó que tem a maioria da população negra e que na década de 1980 passou construir e expandir um processo formação de movimentos negros, como resposta à exploração intensiva dos recursos naturais de seus territórios.

A formação de territórios em (re)existência, vai ao encontro da reivindicação não só pelos valores materiais de seus territórios, mas também simbólicos. Por isso, que os movimentos negros buscam demandas para o território sob uma perspectiva racial e cultural, junto ao direito pela diferença e da especificidade como grupo étnico/racial, onde reafirmam a ideia de propriedade ligado a ideia de território que foi ocupado ancestralmente por esse povo (ZAMBRANO 2012, p. 77 e 78). Por isso, acreditamos na importância dos movimentos

negros na formação de novas espacialidades, pelo fato do território ser o espaço apropriado e transformado por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Por isso Porto-Gonçalves cita que existe sempre território e territorialidade, da qual, um acontece por meio do outro por consequência dos processos sociais de territorialização (2001 apud PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 46).

Trouxemos a ideia de cultura negra/afro diaspórica neste trabalho, não através de uma ideia da existência de uma identidade cultural de origem fixa do continente Africano, absoluta ou necessariamente uma ideia material de retorno. Em nossa perspectiva, o passado nos fala/denuncia através das múltiplas histórias e territorialidades (tempo-espaço), onde as identidades são como se fossem pontos de conexão, não fixas, de identificações ou sutura, construídas no interior dos discursos da cultura e da história, não uma essência (HALL, 1996, p. 70). Se trata de um posicionamento, de uma luta política antirracista, epistêmica, social de (re)existência. Por isso, concordamos com Reis (2012, p. 113), que define a diáspora como sendo uma experiência de extraterritorialidade.

Outro ponto que buscamos destacar nesta pesquisa foi à importância de levantar questões sobre as representações criadas das imagens do território Colombiano, ou seja, leituras que se formaram sobre suas geo-grafias e histórias. O intuito foi de desconstruir as leituras racistas hegemônicas construídas sobre a realidade dessa população, que anulam a presença e as lutas dos movimentos negros tanto no país, quanto no contexto afro-latino-americano e global. De acordo com Santos (2007, p. 35), conquistar o direito de acesso à terra (à vida), vai de encontro também com a persistência das lutas contra as imagens e representações distorcidas sobre um determinado grupo, já que essas distorções autorizam a expropriação ao negar, no caso dessa dissertação, o direito que as populações negras colombianas têm em relação as suas histórias, assim como, em relação ao sentimento de pertencimento de suas territorialidades, sejam elas simbólicas ou materiais. Por isso que ao longo do trabalho, buscamos compreender e enfatizar que esses territórios são resistência, ou também como Haesbaert (2006, p. 10 e 11) veio a chamar também de territórios alternativos, ou melhor, “alternativos no sentido da crítica aos espaços hegemônicos” e que “produzem símbolos, identidades, enfim, uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos” e que ao longo do tempo-espaço reivindicam pelo direito a vida, não só como o caso dos negros só Colômbia, mas em outros locais onde aconteceu a diáspora Africana na América Latina.

Para não concluir, pois sabemos que existe muito caminho para percorrer e mesmo

que exista um histórico e geo-grafias que causa invisibilidades e diferentes formas de genocídios da nossa população negra em diferentes contextos da Diáspora africana, nós seguimos lutando, resistindo e ocupando os espaços pelo direito à vida com nossos movimentos, vozes, artes, escritas, danças, cantos, instrumentos, legados, histórias (que não começaram na escravidão) e principalmente, por respeito aos nossos ancestrais, assim também como pelos nossos mais velhos e mais novos. Nossos passos vêm de longe!

Como nos mostra Paulo Colina:

Quando pela garganta
descer abrupta mão,
nenhum punho fechado pode
transmutar nosso canto livre
Em grito

Há sede é verdade,
esse ardor pelo espaço usurpado
e nervos
sem declinar de qualquer sentimento gentil
salvo a palavra bruta.

Tudo o que transporta o ar,
nós revelamos.
Sonhamos coisas que existirão,
ainda que você duvide.
Nem todo o privado de visão é cego;
quem rala a alma pelo lado de fora
Sim.

Ventre armazenado de calor,
Negro, a cor dos princípios.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil-Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil**. Renato Emerson dos Santos (Org.)- 2º. ed. - Belo horizonte: Editora Gutenberg, 2009 (Coleção Cultural Negra e Identidades).

BAIRROS, Luiza. “**Lembrando Lélia Gonzalez- 1935-1994**”. Revista Afro-Ásia. N°23, 2000. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990/13591>> Acesso: 15/02/2017

BRAGA, Tuwile Jorge Kin. **A territorialidade do Servidor Negro da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa- MG, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/7724250/A_TERRITORIALIDADE_DO_SERVIDOR_NEGRO_DA_UFV> Acesso: 14/10/2017

BEJARANO, Juan Pablo Estupiñán. **Qual é sua raça ou grupo étnico? Censos, classificações raciais e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil**. Salvador, julho de 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8773/1/Bejarano.pdf>> Acesso: 10/11/2017.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. FEUSP, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construcao-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf> Acesso: 14/10/2017.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Marcos Antônio Alexandre, org. Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira- Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/frantz-fanon-pele-negra-mascaras-brancas-download/>> Acesso: 10/10/2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p. 24-34, 2005. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>> Acesso: 14/10/2017.

GATES JR, Henry Louis. **Os negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 360 p.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negroafricana [manuscrito]: terreiros, quilombos, quintais da Grande BH**. 2009. 220 f. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-8DVGBM>> Acesso: 16/12/2017.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, n.º.92/93 (jan./jun.). 1988, p.69-82. Disponível em: < <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-elia-gonzales1.pdf>> Acesso: 24/01/2018.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos Territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso: 11/10/ 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2a edição. São Paulo: Contexto, 2006. 186p.

hooks, Bell. **Intelectuais Negras**. In: Revista Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras, v. 3, n. 2, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995. (464 - 478). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>> Acesso: 10/10/ 2017.

HINTZEN, Percy C. **Diáspora, globalização e políticas de identidade**. O negro na Geografia do Brasil. Org. por Renato Emerson dos Santos- Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **A Agenda Política dos Movimentos Afro-latinos: Brasil e Colômbia de 2001 a 2011**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/17522286/A_Agenda_Pol%C3%ADtica_dos_Movimentos_Afro-latinos_Brasil_e_Col%C3%B4mbia_de_2001_a_2011> Acesso: 13/11/ 2017.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. **Afro-latinos: espaços transnacionais como via de cooperação e empoderamento**. Grupo de Trabalho: Raça e Etnicidade: Persistência e Transformação Movimentos. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia 20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS). Disponível em: <https://www.academia.edu/19772517/Movimentos_afro-latinos_espacos_transnacionais_como_via_de_cooperacao_e_empoderamento> Acesso: 25/01/2018.

MINISTÉRIO DE CULTURA, República de Colômbia. **Afrocolombianos, población con huellas de africanía**. 2010. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/318870933/Caracterizacio-n-comunidades-negras-y-afrocolombianas>> Acesso: 20/10/2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Lutas Africanas no Mundo e nas Américas**. A Matriz Africana no Mundo. Elisa Larkin Nascimento (org.). São Paulo: Selo Negro, 2008. Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira. Disponível em: <<https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/a-matriz-africana-no-mundo-colec3a7c3a3o-sankofa.pdf>> Acesso: 10/ 02/2018

NASCIMENTO, Valéria Luciene; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **O movimento Negro na América Latina: Brasil e Colômbia**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/NASCIMENTO_SP01-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf> Acesso: 13/11/ 2017.

OSLENDER, Ulrich. **Espacializando Resistencia: Perspectivas de “Espacio” y “lugar” en las investigaciones de movimientos sociales.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, vol. VI, nº115, 1 de junio de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-115.htm>> Acesso: 20/01/2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades em La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial.** Editora: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>> Acesso: 23/12/2017.

PORTO- GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da Experiência Latino-Americana.** 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160224041201/04porto.pdf>> Acesso: 25/11/ 2017.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso: 10/11/2017.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** Imprensa Oficial, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>> Acesso: 20/11/2017.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. **Diáspora como movimento Social: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora e as políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional.** Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100761/308891.pdf?sequenc>> Acesso: 10/01/2018.

RODRIGUES, Cristiano dos Santos. **Movimentos negros, estado e participação institucional no Brasil e Colômbia em perspectiva comparada.** 2014. 249 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/12119217/Movimentos_Negros_Estado_e_Participa%C3%A7%C3%A3o_Institucional_no_Brasil_e_Col%C3%B4mbia_em_Perspectiva_Comparada> Acesso: 15/12/ 2017.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, 96 p.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. **Formação Racial, Nação e Mestiçagem na Colômbia**. Universidade Federal do Piauí. Revista de História Comparada - Programa de Pós-Graduação em História Comparada-UFRJ, v. 8, n. 1, p. 36-58, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/1263>> Acesso: 17 de novembro de 2017.

SANTOS, Renato Emerson dos. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil. Apresentação. Org. por Renato Emerson dos Santos- Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano**. Questões urbanas e racismo– Petrópolis, RJ. Brasília, DF: ABPN, 2012. 400p. Org. por Renato Emerson dos Santos. Coleção Negras e negros: pesquisa e debates.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ªed. - Rio de Janeiro:Consequência, 2015.

SILVA, Salloma Salomão Jovino da. **Diáspora Reversa- Musicalidades afroatlânticas, Brasil- Benin**. Itapeverica: São Paulo: Editora Aruanda Mundi, 2017.

SMITH, Christen A. **A iluminação poética de Beatriz Nascimento**. Todas (as) distâncias: poemas, aforismo e ensaios de Beatriz Nascimento. Organizado por Alex Ratts e Bethânia Gomes. Salvador: Editora Ogum's Toque Negros, 2015. 156p.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro: As vicissitudes da identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Coleção Tendências; v.4.

WABGOU, Maguemati. **Estudios Africanos en Colombia desde las ciencias políticas y sociales- Los estudios afroamericanos y africano en América Latina: herencia, presencia y visiones del outro**. Compilado por Gladys Lechini; 1a ed. - Córdoba: Ferreyra Editor; Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100823035106/18wab.pdf>> Acessado 10/11/ 2017.

WADE, Peter. **Compreendendo a "África" e a "negritude" na Colômbia: a música e a política da cultura**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no1, 2003, pp. 145-178. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000100007&lng=pt&tlng=pt> Acesso: 10 /12/2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016. 272p.

ZAMBRANO, Catalina González. **De Negros a Afro-Colombianos. Oportunidades políticas e dinâmicas de ação coletiva dos grupos negros na Colômbia**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29082012-095322/pt-br.php>> Acesso: 09/10/2017.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. 1. Ed. - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Sites visitados:

DANE, **Departamento Administrativo Nacional de Estadística**, Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/>> Acesso: 20/01/2018.